



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 5/2022
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 29-09-2022**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2022

LOCAL - Grande Auditório do Centro de Artes e Espectáculos-----

DATA -29 de setembro de 2022-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha..... PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro..... PS

MEMBROS - Rosa Maria da Costa ReisFAP

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal PS

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Manuel Fernando Rascão Marques PSD

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

José Manuel Cunha Carvão PS

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

José António Borges LigeiroFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

António Graça LapãoFAP

Isabel César PereiraPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Micaela Miranda Durães FAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge..... BE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira Oliveira PS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP



(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Coelho Henriques da Silva	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

José Fernando Guedes Correia por Fausto Fernando Santos Loureiro, Victor Manuel dos Santos Madaleno por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, e Célia Maria da Silva Morais por Isabel César Pereira. -----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

José Fernando Guedes Correia, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Célia Maria da Silva Morais.-----

FALTA INJUSTIFICADA

Paulo Henrique Nisa Mariano.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2022.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e David Fajardo Azenha, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, cinco abstenções dos membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, Fausto Santos Loureiro e Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Isabel Guerreiro Maia, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho



de 2022.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

«Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

- Inauguração da exposição de pintura «João Reis 1889-1982 | A Intuição da Pintura»
- Comemorações do 140.º aniversário da Elevação da Figueira da Foz a Cidade-----
- Inauguração das obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo das Abadias
- Inauguração do Centro Escolar do Bom Sucesso-----
- Apresentação do livro «Lojas com História da Figueira da Foz» e inauguração da exposição de ilustrações de Ana Biscaia-----

Convites conjuntos de:-----

- Associação Desportiva Naval Remo e a Federação Portuguesa de Remo, para a 3.ª Etapa da Taça de Portugal em Remo de Mar - Beach Sprints, na Praia do Forte-----

- Câmara Municipal da Figueira da Foz, Associação Manuel Fernandes Tomás e a Associação Cívica e Cultural 24 de Agosto, para a cerimónia de Homenagem a Manuel Fernandes Tomás-----

Convites de:-----

- Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais para o 75.º aniversário da sua inauguração-----

- Delegação de Portugal na Feira de Barcelona para o Smart City Expo World Congress

- Capitão do Porto e Comandante Local da Polícia Marítima da Figueira da Foz para a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Capitão do Porto e Comandante Local da Polícia Marítima da Figueira da Foz-----

- Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro para a inauguração da exposição de fotografia «2121 - Retrospectiva ou talvez não!» da Fotógrafa Lauren Maganete-----

- Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro para a inauguração das exposições de pintura «Estórias» de Filinto Viana e «Desconstruções», de Joaquim Baptista e para o 1.º Recital da 2.ª Temporada dos Ciclos de Lua Nova - Série Internacional de Recitais de Piano e Música de Câmara, com a atuação dos Pianistas Bernardo Santos e Martim Almeida-----



- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para uma exposição de artistas vindos de Setúbal na Galeria da Associação junto ao Mercado de Buarcos e na Cooperativa de Arte nos Caras Direitas-----
- Conservatório de Música David de Sousa para o espetáculo «Dois Coros em Concerto» com o Grupo Coral David de Sousa e o Coro do Círculo Cultural Scalabitano (Santarém), na Casa do Paço-----
- Comissão de Festas para os Festejos da Senhora das Dores, em Alhadadas-----
- Sociedade Boa União Alhadense para o VI Encontro de Grupos de Música Popular Portuguesa-----
- Rancho Folclórico Casa do Povo Maiorca para a 46.º edição do Festival Internacional de Folclore de Maiorca - FestiMaiorca-----
- Junta de Freguesia de Alhadadas para o evento FolkAlhadadas-----
- Junta de Freguesia de Maiorca para a Gala Maiorca do Festimaiorca 2022-----
- Grupo Recreativo Vilaverdense para a 23.ª Exposição de Bordados-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para o 2.º espetáculo do Roteiro Cultural pelas Freguesias e Tributo aos UHF pela banda Figueirense VHF-----
- Sociedade Artística Musical Carvalhense para o Concerto da Amizade-----
- Rancho dos Pauliteiros para o 34.º Festival de Folclore-----
- Junta de Freguesia de Lavos para as comemorações do Dia da Freguesia-----
- Sociedade de Instrução e Recreio de Lares para o Concerto do XI Estágio Técnico-Artístico, com o Compositor Afonso Alves-----
- Comissão de Festas de Santo Isidro da Cova da Serpe para a procissão em honra de Santo Isidro-----
- Sociedade Boa União Alhadense para um Concerto Pop Rock-----
- Associação de Desenvolvimento de Murtinheira para a Procissão em honra do Senhor dos Aflitos-----
- Comissão de Festas do Senhor de Quiaios para participar na Procissão em honra daquele Santo-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para o espetáculo de Irina Lopes Musicais que apresenta Músicas Intemporais e para o Festival de Folclore de Buarcos, com a chancela do Rancho das Cantarinhas de Buarcos-----
- Confraria do Arroz Doce de Maiorca para o para o seu II Capítulo-----
- Conselho Pastoral da Unidade Pastoral Figueira Rio para a Missa de Ação de Graças, na partida dos padres Nuno e Virgílio-----
- Junta de Freguesia de Tavarede para a Festa do Limonete-----



- Animar para as iniciativas do Dia Internacional da Juventude-----
 - Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para o Concerto de Encerramento do Workshop «Verão com Música»-----
 - Junta de Freguesia de Quiaios para o 1.º Festival do Chouriço Tradicional de Quiaios-----
 - Junta de Freguesia de Alhadadas para o Festa Alhadadas 2022-----
 - Centro Recreativo Cultural Carvalhense para o XXXVIII Festival Nacional e XXIII Internacional de Folclore-----
 - Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico da «Feijoada de Búzios»-----
 - Conselho Pastoral da Unidade Pastoral Figueira Rio para a celebração festiva (missa) de tomada de posse do novo pároco Daniel Rodrigues e do vigário paroquial padre António José Sebastião-----
 - Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para a X Edição do Festival Pirata-----
 - Associação de Desenvolvimento Mais Surf para a Cerimónia de Abertura do evento Gliding Barnacles 2022-----
 - Comissão de Festas da Nossa Senhora da Encarnação para os festejos em honra desta Santa-----
 - Magenta para uma exposição de Pintura e Escultura-----
 - Junta de Freguesia de Vila Verde para as comemorações do Dia da Freguesia-----
 - Magenta para a inauguração de Exposição no Centro Cultural Amália Rodrigues, em Rio Tinto, Gondomar-----
 - Magenta para a inauguração da exposição de aquarela de José Ferreira Barbosa--
 - Magenta para a inauguração da exposição de pintura com trabalhos efetuados ao ar livre-----
 - Junta de Freguesia de Alqueidão para o Projeto a Sul do Mondego que pretende explorar a cultura do Baixo Mondego e especialmente da Freguesia de Alqueidão de forma artística, histórica e gastronómica, com teatro, vídeo documental, caminhadas e gastronomia sempre com o cultivo do arroz como pano de fundo.»-----
- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO



A - PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL - CRIA O PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS AFETADAS PELO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Considerando que:-----

1) A subida da inflação está a afetar quem vive e trabalha na Figueira da Foz, com aumento do custo de vida e deterioração dos salários, ainda no seguimento dos efeitos da crise sanitária e social da COVID-19;-----

2) Os bens de primeira necessidade, como o gás, a eletricidade, os alimentos e as rendas estão muito mais onerosos do que no início do ano;-----

3) As Instituições Particulares de Solidariedade Social, as associações culturais e desportivas também estão a ser afetadas por este aumento dos custos;-----

4) Os pequenos comerciantes, nomeadamente aqueles que ocupam os espaços municipais, têm visto os seus custos aumentar;-----

5) As famílias mais vulneráveis, nomeadamente as que vivem nas habitações geridas pelo município estão ainda mais vulneráveis à pobreza;-----

6) O preço médio das habitações tem vindo a subir desde o primeiro trimestre;---

7) A Autoridade Tributária indica que as receitas do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis cresceram 35% em 2021, tendo sido transferidos mais 38,5% de receita para os municípios, esperando-se uma subida acentuada desta receita para 2022;-----

8) É da responsabilidade do município garantir a manutenção das condições de vida de quem vive na Figueira, nomeadamente das pessoas mais vulneráveis, como as famílias com menos recursos, as pessoas idosas e os jovens;-----

9) O município tem também a responsabilidade de apoiar as forças vivas do concelho, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, o movimento associativo, a cultura e os pequenos comerciantes;-----

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas c), k) e m) do artigo 23.º e alíneas ee) e rr) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propomos que a Câmara Municipal delibere:-----

1. Congelamento das rendas residenciais da Câmara Municipal da Figueira da Foz até 31 de dezembro de 2023;-----

2. Congelamento das rendas dos espaços comerciais da Câmara Municipal da Figueira da Foz até 31 de dezembro de 2023;-----

3. Isenção de 50% das taxas, no segundo semestre de 2022, referente a mercados



(lugares e lojas) e atividades económicas não sedentárias (feiras, venda ambulante e prestação de serviços) sob gestão da Câmara Municipal;-----

4. Isenção de 50% das taxas, no segundo semestre de 2022, referente a bancas e quiosques sob gestão da Câmara Municipal;-----

5. Isenção de 50% das taxas, no segundo semestre de 2022, referente a Ocupação da Via Pública;-----

6. Reforço do Fundo de Emergência Social para as famílias;-----

7. Reforço do Fundo de Emergência Social para Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades sem fins lucrativos;-----

8. Reforço do Fundo de Emergência Social para movimento associativo popular e entidades com fins altruísticos (incluindo coletividades e clubes) que realizam atividades de cariz eminentemente social, cultural ou desportivo no concelho da Figueira;-----

9. Apoio extraordinário às entidades culturais;-----

10. Manutenção do preçário dos espaços culturais geridos pelo município até final de 2023;-----

11. Gratuitidade de todos os espaços culturais geridos pelo município para menores de 18 anos, estudantes e maiores de 65 anos até final de 2023.-----

Queria apenas reforçar os aspetos relacionados com os considerandos iniciais desta proposta, que se prendem com o galopante aumento do custo de vida a que assistimos quase diariamente e que vai lesar, enormemente, as classes mais desfavorecidas e mesmo a chamada classe média. Neste momento, urge que o poder local tome medidas no sentido de minorar estes efeitos, daí a proposta de recomendação à Câmara Municipal do Bloco de Esquerda.-----

Uma análise superficial poderá levar alguns a pensar que estas propostas aumentarão demasiados os custos operacionais dos serviços municipais, mas uma leitura mais atenta vai revelar que várias das propostas vão no sentido do congelamento de rendas e redução parcial de taxas que já existem, estando as restantes dependentes da sensibilidade do órgão autárquico competente.-----

Todos temos noção que os custos irão aumentar, sim, mas pesarão menos no esforço de todos do que no isolado dos muitos que são os mais atingidos por esta crise que se nos depara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Grupo de Cidadãos



Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e David Fajardo Azenha, deliberou, por maioria, com seis votos a favor dos membros do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, trinta e três abstenções dos membros do Partido Socialista e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e sem votos contra, aprovar a proposta de recomendação à Câmara Municipal, subscrita pelo Bloco de Esquerda, no sentido de adotar uma série de medidas de apoio municipal às famílias e empresas afetadas pelo aumento do custo de vida.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - APOSTA NA MELHORIA E INOVAÇÃO EDUCATIVA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "Vivemos num Concelho em que a natureza foi pródiga, dotando-o com diferentes riquezas. Aproveitá-las, reerguendo, cuidando, potenciando e projetando para o futuro, tem sido e será obra dos que puseram no seu programa o objetivo de fazer deste Concelho um Concelho vencedor.-----

Senhor Presidente da Câmara, este primeiro ano de mandato é um traçado, um caminho para fazer da Figueira da Foz uma cidade liderante, competitiva, solidária e culta. Prometeu e está a cumprir!-----

A minha intervenção tem como tema uma área que me é próxima pela formação e profissão - a educação. A aposta na melhoria e na inovação educativa é uma aposta ganha por este executivo!-----

A concertação no desenvolvimento de iniciativas decorrentes de candidaturas a programas ministeriais (as de iniciativa da própria autarquia com os órgãos de gestão das escolas e demais entidades públicas e privadas) norteou o arranque do ano escolar. Transportes escolares, ação social escolar, serviços de apoio à família, refeições escolares, assim como, o novo projeto regime da fruta escolar e os projetos de combate ao insucesso dotando as escolas de equipas multidisciplinares, são medidas de grande importância para minorar desigualdades sociais e dar às famílias, sobretudo às mais vulneráveis, o apoio necessário à vivência de uma cidadania mais justa, como se pretende no Concelho.-----

Edifícios escolares, como a Escola Básica do 1.º Ciclo das Abadias e o Centro Escolar de Bom Sucesso, foram requalificados e outros o serão, num futuro próximo! Neste ano letivo 2022/2023, que ora se inicia, cerca de 6.618 crianças e jovens frequentam desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, e digo cerca porque diariamente chegam novas matrículas ao Concelho da Figueira da Foz. São a



nossa população escolar e com eles um cêntimo que se invista será, no futuro, replicado na riqueza do nosso Concelho e, quiçá, do país.-----
Termino, com um agradecimento ao Presidente da Câmara e a todo o executivo, particularmente, à Vereadora Olga Brás, com uma frase do Papa Francisco «a juventude é a janela pela qual o futuro entra no mundo».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Em nome do grupo municipal do Partido Socialista, quero agradecer à deputada municipal Rosa Costa Reis, porquanto, todas as obras mencionadas e saudadas na sua intervenção foram lançadas e adjudicadas pelo Partido Socialista."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Carlos Neves Batata.

CARLOS NEVES BATATA: "Em nome da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, do seu executivo, da comunidade escolar e da população, agradeço ao Presidente da Câmara e ao seu executivo o empenho em ter concluído as obras do Centro Escolar de Bom Sucesso a tempo de iniciar as aulas deste ano letivo já nas novas instalações.--
Quero, também, agradecer à Vereadora Olga Brás, com o pelouro da Educação, o empenho que teve em mobilar o Centro Escolar do Bom Sucesso, permitindo um início das aulas sem sobressaltos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - LIMPEZA DA ENTRADA SUL DA FREGUESIA DE MAIORCA - RETA DAS PONTES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão.-

JOSÉ CUNHA CARVÃO: "Os meus parabéns ao executivo municipal, na pessoa do seu Presidente e ao deputado municipal do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, José Borges Ligeiro, pela limpeza profunda da entrada Sul da Freguesia de Maiorca, vulgarmente denominada de Reta das Pontes, na Estrada Nacional 111 e Rua Dr. Uriel Salvador.-----

Graças a esta limpeza, a qual, seguramente, irá ter uma frequência recorrente e é da total competência do Município, todos os que nos visitam poderão usufruir de uma das mais belas paisagens rurais do nosso Concelho.-----

Bem haja pelo investimento no corte de canas, silvas e vegetação invasiva. Estou consciente que o mesmo critério de limpeza profunda há de ter sido aplicado noutras freguesias do nosso Concelho."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - REUNIÃO PRESENCIAL DO PRESIDENTE DA CÂMARA COM O EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MAIORCA - QUESTÕES AINDA SEM RESPOSTA POR PARTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão. -

JOSÉ CUNHA CARVÃO: "Após declarações do Presidente da Câmara, constantes na ata da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2022, o executivo da Junta de Freguesia de Maiorca ainda espera por uma reunião presencial com o Presidente, onde, segundo palavras suas, se debateriam os diversos problemas e questões que não obtiveram ainda resposta por parte do executivo municipal.-----

Assim, aguardam-se respostas sobre a Piscina Municipal de Maiorca, a requalificação da Casa da Praça e subsequente transformação em sede da Junta de Freguesia e Posto Médico, bem como, sobre o Orçamento Participativo de 2019, Artes e Ofícios.-----

Relembro que temos todas estas obras presentes no Orçamento Municipal de 2022 e nas Grandes Opções do Plano de 2021-2025.-----

Gostaria também de saber, porque muito tem sido dito e nos parece ter ficado por aí, quais as soluções municipais sobre o Palácio Conselheiro Lopes Branco e o Paço de Maiorca.-----

Sobre este último, apraz-me igualmente referir que, seguramente, em breve será alvo de limpeza da vegetação existente, bem como, da replantação dos seus belos jardins, facto tão divulgado pelo Presidente da Câmara."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - HOMENAGEM AO HERÓI MANUEL MARQUES SARDÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão. -

JOSÉ CUNHA CARVÃO: "Agradeço o apoio municipal à realização da homenagem ao herói Santamarense e Maiorquense, Manuel Marques Sardão, que no próximo dia 08 de outubro faria 80 anos de vida.-----

Esta iniciativa da Assembleia de Freguesia de Maiorca obteve o melhor acolhimento por parte do Presidente da Câmara e permitirá à população de Santo Amaro da Boiça recordar e perpetuar a memória deste homem singular e corajoso."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - VERÃO 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Maria Baptista.

ROSA MARIA BAPTISTA: "Uma vez terminada a dita época alta de turismo no Concelho, torna-se necessário proceder a um balanço que tentarei seja o mais objetivo e sintético possíveis.-----

Digo época alta por acreditar que a Figueira da Foz se vai assumir como Concelho turístico de procura anual e não somente sazonal. Temos condições para tal e estamos todos a trabalhar nelas para que essa tão auspiciosa vontade se torne numa



efetiva realidade.-----

Como disse um dia alguém que nos é próximo, a Figueira da Foz é a opção certa para os inquietos e para quem a calma procura. A Figueira da Foz tem de assumir-se como um Concelho turístico e competitivo.-----

Cingimo-nos, para o efeito, do recurso aos valores recolhidos até finais de julho, segundo o índice do Instituto Nacional de Estatística, e aguardamos a atualização dos indicadores até final de setembro da auscultação feita, in loco, junto do distinto tecido empresarial da nossa praça, hotelaria, restauração e comércio local.-----

Conjugando a análise resultante dos dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística, estes, e reforço, abarcando só os meses de junho e julho, com a outra análise feita no terreno, mais abrangente no eixo temporal por permitir congregar o mês de agosto e a primeira quinzena de setembro, é indubitável concluir que superamos claramente os valores comparativamente ao trimestre homólogo de veraneio de 2021. Sabemos de antemão que, no trimestre homólogo, ainda vivíamos com alguns receios decorrentes da pandemia Covid, mas também temos a consciência da existência de uma linha de trabalho, coordenada e sustentada em apostas concretas, para catapultar a Figueira para uma maior visibilidade e atratividade.-----

Começamos, desde logo, pela promoção feita à Cidade, estrategicamente colocada em vários locais de destaque e passagem obrigatória no país, onde se lia uma frase muito curta, mas de grande alcance «Figueira tu és única», replicada em jornais nacionais e na campanha publicitária veiculada pela SIC «Quem vem à Figueira molha-se», sem esquecer as publicações de livros turísticos diversos, nos quais a Figueira se mostrou, não só a nível nacional, mas a nível internacional, como no Golden Book Best Guide Travel, entre outros.-----

Em termos de ocupação turística, os restaurantes, hotéis e bares vivenciaram um aumento substantivo em comparação homóloga aos produtos e serviços referentes ao mesmo período do ano anterior, e superiores ao ano 2019, este último anterior aos anos epidémicos.-----

Tivemos uma cidade a transbordar de gente que, após dois anos de confinamento e quase privação, optou por escolher a Figueira da Foz para destino incontornável de veraneio. Muitos portugueses na sua maioria, mas também ingleses, franceses e espanhóis, entre outras nacionalidades, facultaram, o tão ambicionado e transversalmente desejado por todos, impulso turístico que vem reforçar o nosso posicionamento internacional.-----



A animação da cidade e das freguesias esteve sempre assegurada, com a preocupação de descentralizar a oferta na Freguesia de Buarcos e São Julião, levando-a a outras freguesias. É certo que nem todas tiveram esse tipo de eventos, mas o caminho faz-se caminhando e estamos certos que o objetivo é criar uma dinâmica de eventos com rotatividade por todas as freguesias.-----

Em junho, as Festas da Cidade superaram em larga escala as expectativas de tudo e todos, não só em termos de espetáculos, mas na ocupação e procura diária das tasquinhas, seguindo-se em julho o RFM SOMNII que atingiu valores recordes de entrada, com lotação de toda a hotelaria do Parque de Campismo e de casas de aluguer. Precisava-se de mais para a imensa procura!-----

Paralelamente, houve um investimento semanal, animação noturna de sexta a domingo com espetáculos diversos que deambulavam pela zona do Picadeiro e Buarcos e animavam as noites, espetáculos esses feitos por gentes de cá - bandas de Concelho, filarmónicas, escolas de samba - e a este propósito o Carnaval de Verão que se continua a apresentar como uma aposta ganhadora.-----

Os fins de tarde no Coreto Municipal vieram a ter um papel importante não apenas para os turistas, mas permitam-me o aparte, para a classe daqueles que têm mais experiência de vida do que cada um de nós, os denominados idosos, que encontravam naquelas tardes de sábado e domingo um momento de encontro e de alegria.-----

Os distintos eventos desportivos realizados nas nossas praias, que congregam sempre muitos adeptos, a par da piscina insuflável, um verdadeiro ex-libris, fez a delícia de pequenos e de jovens. Não esquecer a importância do Transfer que impulsionou uma crescente procura da Praia da Bola de Nívea, encurtando distâncias e superando todas as expectativas, sobretudo as dos mais céticos.-----

Em tom de conclusão, quero deixar expresso que os dados do Instituto Nacional de Estatística relativos a julho revelaram que a inflação homóloga avançou para 9,1%, como é do conhecimento de todos, superando a subida registada em junho, sendo necessário recuar a 1992 para encontrar variação mais elevada, sendo que os serviços de refeições, restaurantes, cafés e similares subiram 4,38% em relação ao trimestre anterior na Figueira da Foz.-----

Estamos no bom caminho, teremos mais e vamos trabalhar por mais! A Figueira merece! Os figueirenses merecem! Queremos uma Figueira com gente todo o ano!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "É inacreditável que o documento com três ou quatro páginas, lido pela deputada municipal Rosa Maria Baptista, compare o Verão deste ano com o



Verão do ano passado, em que nos defrontamos com a pandemia Covid.-----
Eu desafio a deputada municipal a fazer uma ligeira pesquisa no Google, que eu também fiz, «turismo no Verão bate todos os recordes» e vai constatar: turismo no interior e na Beira Alta bate recordes, turismo no Porto bate recordes, maior festival de Verão volta a bater recordes, Espanha bate recordes de turismo, Sata Air Açores bate recorde de vendas de bilhetes em 2022, etc...-----

É inacreditável como se faz uma comparação do turismo de um ano em que houve Covid com um ano em que em todo o país e em todo o mundo cresceu o turismo, até em África e na América Latina!... Provavelmente, só diminuiu em dois sítios: na Ucrânia e na Rússia!-----

Então, o turismo aumentou em todo o mundo e comparamos aqui o turismo na Figueira da Foz no ano de 2022 com o de 2021, quando o país estava confinado, com restrições e os portugueses cheios de dificuldades financeiras!!! Se querem fazer um estudo real compare-se 2017 e 2022, as passagens nas portagens de Via Verde, taxas de ocupação dos hotéis, e faça-se um estudo concreto.-----

Se bem que este fenómeno de enchente turística é europeu e mundial. Em Portugal bateram-se os recordes todos de faturação e de enchentes de turistas estrangeiros. O ano de 2022 é dos melhores anos turísticos de Portugal, e se comparado com 2019, claramente superou em todo o lado e não só na Figueira da Foz.-----

Ainda mais quando se fala nos Concertos de Verão, alguns deles anunciados com 48 horas de antecedência. Suponho que ninguém tenha vindo a correr para a Figueira da Foz assistir a Concertos anunciados no Facebook da Câmara com 48 horas de antecedência!!!-----

Para concluir, não acho correto este tipo de demagogia política de comparar o turismo na Figueira da Foz com tempos de Covid, quando os recordes de turismo foram batidos em todo o país.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão.-

JOSÉ CUNHA CARVÃO: “Em relação a este tema, eu também queria destacar o Festimaiorca que foi, uma vez mais, um dos melhores Festivais de Folclore a nível nacional, sob a chancela do CEOF (Conselho Internacional de Folclore), e teve Galas quer em Maiorca, Buarcos e São Julião, Quaios e Alhadas. É, sem dúvida, um evento que muito deve orgulhar a Figueira da Foz!-----

Agradeço o reiterado apoio municipal dado ao Festival Internacional de Folclore de Maiorca organizado pela Casa do Povo de Maiorca.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "As palavras do deputado municipal, João Raul Portugal, sobre o turismo correspondem à verdade.-----

Eu lembro-me de ter dito ao candidato Pedro Machado, em campanha, quando ele falava nos excelentes números do turismo, que tinha acontecido um pouco por todo o Portugal e aqui também. É verdade!-----

Mas às vezes as coisas correm muito bem noutros concelhos e aqui não correm. Veja, por exemplo, os cuidados continuados de que falamos ontem em reunião de Câmara, os cuidados paliativos, ou outras realidades de apoio na área social noutros concelhos, e vamos comparar com o nosso, e não há!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - SUSPENSÃO DE MANDATO DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Paulo Martinho Pinto.

PAULO MARTINHO PINTO: "A minha intervenção de hoje é de desagrado e profunda tristeza.-----

Desagrado porque, uma vez mais, os figueirenses, alguns, não todos felizmente, foram enganados pelo Partido Socialista. Enganados porque nas últimas eleições autárquicas votaram numa equipa que governava e queria continuar a governar o Concelho, mas pelos vistos, fazer oposição e honrar a confiança em quem neles votou é coisa que não lhe interessa.-----

Irão dizer que no meu partido também houve quem renunciasse ou suspendesse o mandato, a diferença é que não faziam parte do anterior executivo e renunciaram não guardando o lugar que poderá dar jeito no futuro. Até parece que os motivos que os levaram a suspender o mandato não se irão verificar daqui a um ano!!!----

Ao fim de onze meses de mandato eis a debandada geral temporária, claro, não se sabe o futuro! Parece que estavam à espera que o comandante-mor arranjasse um navio para irem todos navegar ao mesmo tempo! Não ficou um para amostra!-----

Cada eleito deve fazer o que acha melhor para a sua vida pessoal e profissional. Vão à procura de ventos favoráveis, mas são atos como este que levam os eleitores a confiar menos nos atores políticos. Quem neles votou deve sentir-se enganado e triste, muito triste!-----

O Partido Socialista local e, sobretudo, esta equipa que esteve na sua maioria no poder durante doze anos, demonstrou aos figueirenses para contarem com ela só para governar. Eu compreendo, fazer oposição é difícil e duro...-----

Não posso deixar de publicamente e na casa da democracia figueirense mostrar o meu desagrado por esta escolha, esperando que os figueirenses nas próximas eleições



não se esqueçam desta atitude dos eleitos locais do Partido Socialista, que demonstraram não serem merecedores do seu voto.-----

Para finalizar, deixo a minha sugestão para o slogan das próximas eleições autárquicas do Partido Socialista «Servir os figueirenses, só no Poder»! Assim, os figueirenses já sabem ao que vão.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Não vou entrar em grandes detalhes, mas vindo do grupo municipal do Partido Social Democrata cujo candidato à Câmara Municipal nunca se sentou ali, nem por um dia, é, no mínimo, inacreditável!-----

De qualquer forma, também tenho pena que não tenha falado na sua intervenção do facto de uma das vossas candidatas à Vereação trabalhar agora numa comissão, contratada para assessoria pela Câmara Municipal, semanas antes de ganhar a Concelhia do Partido Social Democrata. Portanto, também quero ver a oposição que a Presidente da Concelhia vai fazer.-----

Estamos curiosos para ver se, de facto, vai haver oposição da parte do Partido Social Democrata, quando estão muito preocupados com a oposição do Partido Socialista. Temos ali quatro Vereadores, vão fazer um mandato extraordinário e não tenho dúvidas nenhuma, todos eles com grande capacidade, e Ricardo Pedrosa Silva não é do meu partido, mas também é um Vereador a quem reconheço competência.----

Ou seja, o papel de oposição está cá, não se preocupe, o Partido Socialista tem muitos quadros e estamos cá para os quatro anos, e na Assembleia Municipal cá continuaremos. Mas quero ver é a oposição da vossa Presidente da Concelhia!"----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tenho refletido muito, e não posso ignorar o que aconteceu ali na bancada da Vereação do Partido Socialista. Gostava que o deputado municipal, João Raul Portugal, ouvisse também. Não falei disto com mais ninguém, só conversei comigo próprio.-----

Eu acho que em democracia quando os eleitores vão às urnas é tão importante quem elegem para governar como quem elegem para estar na oposição. E quando algo muda substancialmente neste domínio, os eleitores devem voltar a ser ouvidos. É uma questão de respeito pelo eleitorado! Tão importante é quem governa como quem está na oposição.-----

E nós não podemos passar sobre esta realidade que aconteceu como cão sobre vinha vindimada. Portanto, quando me perguntam como é e como vai ser, para mim esta realidade não pode ser ignorada, porque há atitudes que se tomam, quer se esteja



na oposição, quer na governação, que atingem todos de um modo geral. E mais não quero dizer!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Eu não acho que tenha de haver eleições só pelo facto de pessoas que foram eleitas para os seus mandatos tenham suspenso os mesmos.----

O senhor Presidente também saiu da Câmara de Lisboa para Primeiro Ministro e não houve eleições na Câmara de Lisboa. E V. Ex.^a era o Presidente da Câmara, não era Vereador da oposição. Portanto, respeito a sua opinião, mas não percebo.-----

A lista de candidatos tem efetivos e suplentes, e não são só aqueles quatro que tomaram posse que estão no verdadeiro desempenho de funções.-----

Por isso, não entendo que deva haver eleições porque do ponto de vista legal, da Lei Eleitoral, bem, não encontro lá nada, que obrigue a tal.-----

Esse pode ser o seu entendimento, mas não é o nosso!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu não vou comparar o motivo pelo qual deixei de ser Presidente da Câmara de Lisboa com os motivos ora presentes. Não vou comparar a situação de força maior, mas dou-lhe só uma nota que nunca terá sido contada, julgo eu, já não sei. Era, então, número dois na lista, que foi eleita, o Professor Carmona Rodrigues que, entretanto, no Governo Durão Barroso fora chamado a Ministro das Obras Públicas, e gostava muito de ter continuado no Governo, no meu Governo. Eu tive ocasião de dizer que saindo eu tem de ficar o número dois, se não tem de haver eleições.-----

Era só para fazer este apontamento histórico, mas compreendo perfeitamente o que disse.-----

Sobre a questão da suspensão de mandato dos quatro Vereadores do Partido Socialista, eu disse aquilo que penso no plano dos meus princípios, dos meus valores e não falei disso com ninguém.-----

Acho que o sítio próprio para refletir sobre isso é a Assembleia Municipal, apesar de não haver responsabilidade política, em termos de subsistência dos executivos, perante a Assembleia Municipal. Por acaso, eu defendo que devia haver, mas não há! São reformas da legislação autárquica que não foram para diante, não sei se algum dia vingarão.-----

Os países, os concelhos, as regiões precisam acima de tudo de estabilidade, de consensos e precisam de consciência da situação gravíssima que vivemos. Oxalá o nosso continente europeu possa estar em paz até à próxima Assembleia Municipal e,



daí por diante!!!-----
Agora, senhores deputados municipais, eu não quero pôr o dedo em ferida nenhuma. Já tenho muitas vicissitudes partidárias na minha vida, coisas boas e coisas más, portanto, não gosto de o explorar, mas também não gosto de o ignorar. E peço-vos só que pensem todos o que é que aconteceria se tivesse vindo de outro partido ou movimento. O que teria acontecido?-----
Até vos vou dizer - a minha reflexão inclui, no espanto que tenho, o próprio movimento por que fui eleito. Havia uma marca de cigarros, há muitos anos, chamada Português Suave que, por acaso, era sem filtro, era um tabaco forte, mas há uma política suave que eu, às vezes, acho absolutamente extraordinária!-----
Estamos sempre a aprender, eu espero aprender até aos meus 99 anos, não sei se chego aos 100 como o Professor Adriano Moreira, mas há coisas que nunca vi e estamos sempre a ver coisas pela primeira vez, não é? Até na política!-----
Eu quis transmitir a minha reflexão, não falei sobre isto com nenhum dos Vereadores."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - PLANO DIRETOR MUNICIPAL - DESERTIFICAÇÃO DAS FREGUESIAS RURAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adélia Ramos Batata.

ADÉLIA RAMOS BATATA: "Recentemente, em conversa com um jovem da Freguesia de Ferreira-a-Nova, o mesmo questionou-me o seguinte: que alfaia leva aquele trator e para que serve? Eu respondi: então, aquele trator leva um tanque cisterna. E ele: tanque cisterna aqui? Perto das habitações? Para quê? E eu: então, não sabes? Para limpar as fossas sépticas. E ele: então, mas nós não temos ramal de saneamento básico? Parece que estamos num país subdesenvolvido?!-----
Senhor Presidente, o que vamos responder a estes jovens? Estamos mesmo num país subdesenvolvido, ou apenas estamos esquecidos? Na realidade, em pleno século XXI ainda existem muitas localidades a Norte do Concelho que não tem uma rede saneamento básico integral ao serviço da população. Aliás, não deixa de ser incompreensível, porque é que na mesma Freguesia existem ruas com rede de saneamento a funcionar há alguns anos e outras que continuam sem previsão para a execução desta infraestrutura básica em qualquer país desenvolvido!-----
Estes habitantes não merecem as mesmas condições dos restantes habitantes do Concelho? Será que existem cidadãos de primeira e cidadãos de segunda?-----
No seguimento da conversa, o jovem continuou com o seu desagrado e o seu desabafo, que não é mais do que uma constatação de uma triste realidade de há décadas: pois,



aqui não há nada. Até para ir para a escola tenho de me levantar às seis da manhã, porque não há uma única alternativa de transporte àquela que havia no tempo da minha avó. O autocarro passa em diversas aldeias e freguesias do Concelho demorando cerca de uma hora e trinta para chegar à escola. Quando chega à escola já vou cansado. O que vale, é que também já lá encontro outros colegas do Sul, coitados como eu, que estão nas mesmas condições. Olha, qualquer dia vão viver para a Figueira.-----

E continuou: além de não ter grande oferta de transporte para a escola, os meus pais querem construir uma casa aqui na aldeia, têm vários terrenos que eram dos meus avós, mas dizem que a Câmara não os deixa lá construir. Dizem que é por causa de um tal de Plano Diretor Municipal, nem sei bem o que isso é? Mas sabe, os meus terrenos até estão bem localizados, estão à beira da estrada, têm vereda, água e luz e outras casas por perto. Não sei, porque é que não os deixam construir? Era bom que esse Plano Diretor Municipal fosse alterado, porque nem toda a gente tem capacidade financeira para comprar casa na cidade. Mas os meus pais ainda acrescentam e dizem mais - estas estradas estão uma desgraça, a maior parte a necessitar de pavimento. Há quase vinte anos que não têm qualquer intervenção!-- Senhor Presidente, estes jovens não têm os mesmos direitos dos jovens da cidade? Ou vamos canalizar todos para a cidade? Estamos a ver que a desertificação rural é uma constante. Os campos estão todos por cultivar e a população está envelhecida e isolada.-----

É de lamentar que as alterações ao Plano Diretor Municipal, nomeadamente a última, tenha servido só para criar obstáculos de forma a empurrarem os nossos jovens para aquisição de casas e apartamentos construídos na cidade, contribuindo para a desertificação das freguesias rurais.-----

É urgente criar condições e atrações para manter e atrair a população jovem às freguesias rurais. É urgente rever-se o Plano Diretor Municipal em prol do desenvolvimento sustentado das freguesias rurais e manutenção dos nossos jovens."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Senhor Presidente da Câmara tenho pena que não tenha dado uma palavra sobre a intervenção da minha colega de grupo municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não falei na intervenção da deputada municipal Adélia Ramos Batata, porque eu subscrevo no essencial e no geral o que ela disse.----- Como é incompreensível tudo aquilo que relatou! Com certeza que é!-----



Espero contribuir para que os jovens, daqui a cinco anos, possam dizer um bocadinho menos isso do que o tal jovem que a senhora deputada referiu e aqui citou.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - ORÇAMENTO MUNICIPAL 2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Há relativamente pouco tempo, a Câmara Municipal apresentou um Plano de Investimentos, ao qual o Partido Comunista Português reagiu numa nota tornada pública.-----

E considerava e continua a considerar ser uma urgência das urgências a reparação dos pavimentos das ruas, alguns num estado que já não é mau, é calamitoso, não só na cidade, mas também fora dela, aliás, como também já ouvimos aqui referir, no caso dos acessos às povoações rurais.-----

Na opinião da Coligação Democrática Unitária, esta deveria ser uma recomendação a ter em conta para a construção do Orçamento Municipal de 2023.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Esta é a última Assembleia Municipal antes da sessão onde iremos aprovar o Orçamento. O Presidente levará o Orçamento em outubro a reunião de Câmara e trará a esta Assembleia Municipal em novembro, em data ainda por anunciar.-----

Há duas assembleias municipais atrás, precisamente quando este executivo fez seis meses de mandato, o grupo municipal do Partido Socialista fez um levantamento daquilo que era a execução do Orçamento Municipal de 2022 nesses seis meses. Fez agora um ano desde as eleições autárquicas e estamos a um mês de aprovar o segundo orçamento.-----

O orçamento de 2022 foi viabilizado porque foram aceites e contempladas no documento 980.000 euros de obras para as Freguesias, pequenas obras, nada de extraordinário.-----

E no final do ano, percebemos que todas essas obras foram adiadas para 2023 e, portanto, presumimos que venham a ser integradas no Orçamento Municipal de 2023, mas não é correto porque tínhamos chegado a um acordo de viabilização de um Orçamento para a execução de um conjunto de pequeninas obras nas Freguesias.-----

Ninguém está a pedir nada do outro mundo, quando ainda há uma semana atrás, o Presidente da Câmara propôs uma Alteração Orçamental para a passagem de ano de aproximadamente 500.000 euros, embora tenha afirmado ir gastar muito menos! Uma passagem de ano de 500.000 euros é metade do que se pede para um ano inteiro para



as 14 freguesias do Concelho! É metade do que se vai gastar se se executassem essas obras todas em cada uma das freguesias, que viabilizaram o Orçamento pelo grupo municipal do Partido Socialista!-----

Portanto, senhor Presidente tem três semanas, um mês, fale com os vereadores, fale com os grupos municipais desta Assembleia Municipal, fale com as forças vivas. Não queremos chegar a nenhum momento de cisão, mas o grupo municipal do Partido Socialista quer saber como vai ser o Orçamento de 2023, porque quer em primeiro lugar que estas obras de 2022 se realizem no ano 2023, e quer obviamente, também saber que outras vão ser executadas em 2023.-----

Não é passar as de 2022 para 2023 não permitindo às freguesias reivindicar novas pequenas obras das suas próprias freguesias.-----

Relativamente a esta matéria, digo isto em nome do grupo municipal do Partido Socialista, para que consigamos ter um entendimento para a viabilização do Orçamento.-----

Estamos a um mês, o Presidente da Câmara não tem de forma alguma de nos dar qualquer informação sobre isso, mas estamos a disponibilizar-nos para um pacto entre os diversos grupos municipais e o Presidente da Câmara para viabilizar o Orçamento Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu posso distribuir ou mandar por um mail, o relatório das atividades de Verão feito pela Divisão de Turismo. Entre atividades feitas, umas da iniciativa da Câmara outras apoiadas, para resumir o seu pensamento e o do grupo municipal do Partido Socialista, eu vou-lhe perguntar: apesar da contenção acha que o RFM Somnii deve ser apoiado, ou não? É fundamental esclarecermos isto. Porque não podemos ter um discurso para as festas pequeninas e outro para a festa maior, só por conhecermos quem promove.-----

Vamos falar das coisas reais. São a favor que se mantenha o apoio, ou não? Traz muita gente à Figueira da Foz. Está bem, mas isso também outras iniciativas e com muito menor apoio. Lá estamos nós entre a ficção e a realidade, porque se é essa a posição oficial, nós no Orçamento de 2023 já não contemplamos essa iniciativa. É isso que é preciso esclarecer!-----

Agora, não podemos vir afirmar aqui «ai, as freguesias», e o antigo Vereador, antigo dos antigos, do Partido Socialista dizer «a Câmara não tem nada que andar a promover festas nas freguesias, só tem de promover na Cidade» e, depois, defender-se o apoio a outro tipo de iniciativas.-----



Eu cheguei a referir numa reunião na semana passada, eu por mim estou disponível para não haver iluminações de Natal, nem passagem de ano, se quiserem que não haja. É a minha posição enquanto cidadão. Agora, não se pode é defender isso e, depois, dizer-se que tem de haver porque, afinal, o Natal se mantém.-----
O Natal que eu celebro não é esse, o das luzes. Também não preciso na passagem de ano do fogo de artifício para comer as passas, portanto, para mim é igual.-----
Foi um disparate nesta alteração orçamental ter ficado 500.000 euros como referiu o senhor deputado municipal, João Raul Portugal. Eu até dei um salto, quando ouvi. Logo na reunião de Câmara pedi esclarecimentos, porque é evidente, num ano como este não podemos gastar nem nada que se pareça. Vamos gastar menos do que em qualquer dos últimos anos.-----
Sendo esta minha posição, é difícil de ouvir o que ouvi!-----
Registei bem as palavras do deputado municipal, João Raul Portugal, e quero-lhe dirigir uma palavra de cumprimento político por essa sua iniciativa de falar num pacto de viabilização do Orçamento.-----
Na minha opinião, vai ser o Orçamento mais difícil, eu não vou dizer da vida deste Município, porque isso seria pretensioso, mesmo em sentido negativo. É um ano muito difícil. Todos os dias me chegam acima da secretária pedidos de revisão de preços, entre 20%/30%, quase todos 30 por cento.-----
Eu não quero levar isto para o campo político, mas tivemos uma reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em que eu levantei a questão do custo da tarifa de tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Foi garantido entre todos os Presidentes de Câmara do Partido Socialista que não iríamos pagar este aumento escandaloso, equivalente a quatro vezes a taxa base, a favor da ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, S.A. Centro, cujo acionista principal é privado.-----
É um escândalo decidido pela Entidade Reguladora. Fui eu até que despoletei o processo e afirmei que isto não era com o Governo, não eram partidarites, era com a Entidade Reguladora que tomou uma decisão inacreditável e escreveu «imputem aos municípios estes custos».-----
Na reunião dia 15 de setembro, em Soure, foi prometido que a Ministra da Coesão Territorial iria tratar do assunto connosco. Quando a reunião chegou ao fim eu abordei a questão e foi-me dito que ficava para uma reunião com o Ministro do Ambiente, que ainda não está marcada.-----
Os aumentos dos preços dos custos das matérias-primas dos fornecimentos dos bens



e serviços são muitíssimo pesados. Portanto, o Orçamento do próximo ano vai ser muitíssimo difícil!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Ninguém aqui afirmou ser contra o apoio ao RFM Somnii, pelo menos da parte do grupo municipal do Partido Socialista e que eu tenha ouvido."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Aproximando-nos do Orçamento, solicitava ao Presidente da Câmara que se fizessem reuniões com os Presidentes de todas as Juntas de Freguesia do Partido Socialista, da Figueira A Primeira e do Partido Social Democrata, para trocar ideias e ficarmos a saber, efetivamente, o que nos espera para 2023.-----

Espera-nos aquilo que estava previsto para 2022 reduzido porque há aumentos exacerbantes das matérias primas, como o senhor Presidente referiu? Ou pior ainda? Com aquela reflexão que fez profunda, solipsista e com um atingir de consequências da suspensão do mandato dos quatro Vereadores do Partido Socialista, haverá mesmo esse tempo para pensar o Orçamento para 2023 se tivermos de ir a eleições para a Câmara? Teremos ou não teremos reuniões?-----

Desde já fica a nossa disponibilidade, enquanto Presidentes de Junta de Freguesia, para ajudarmos a construir o Orçamento Municipal de 2023. Fica, também, uma inquietação, porque efetivamente se a coisa correr para essa sua meditação, se calhar teremos outro tipo de desculpa..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Houve, de facto, um atraso no lançamento das obras comprometidas em Orçamento, motivado por duas razões.-----

Por um lado, a impossibilidade ou incapacidade do coletivo, que somos nós executivo e serviços, para lançar as obras em devido tempo, face à exiguidade de recursos e capacidade instalada na Câmara neste domínio.-----

Os serviços estão completamente sobrecarregados com projetos e processos concursais, que passam a vida a ficar desertos, a terem de ser lançados uma segunda vez, a alegarem erros e omissões. Passamos a vida nisto, daí, não ter sido possível lançar as obras.-----

Por outro lado, uma exigência que a situação tão preocupante que vivemos desde fevereiro/março nos colocou a todos de saber qual a margem de disponibilidade orçamental que tínhamos.-----



Posso dizer-vos que estão lançadas obras em todas as freguesias para arrancarem ainda neste exercício orçamental. Fiz questão com o senhor Vereador que todas as freguesias tenham obras contempladas e com procedimentos concursais lançados, e que são para serem executados. O montante global das obras ora lançadas é de cerca de 940.000 euros.-----

O senhor Vereador poderá dar-vos o nome da generalidade das vias e das intervenções dos pavimentos lançados agora e naquilo que depender de nós, para serem feitos tão depressa quanto possível, até por uma questão de tranquilidade em relação ao próximo exercício orçamental."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - CONTRATOS DE AVENÇA CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO - PEDIDO DE RELATÓRIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "Outrora, publicava-se com regularidade na página da Câmara Municipal, aproximadamente de três em três meses, segundo julgo saber, a informação das avenças celebradas com o Município. Gostaria de colocar ao executivo quatro questões a este respeito, em nome da total transparência que deve reger o serviço público.-----

Primeira, este executivo é capaz de se comprometer aqui, perante a Assembleia Municipal e os figueirenses, publicar com regularidade a lista de avençados e toda a informação relevante associada, remuneração, duração do contrato, etc.?-----

Segunda, seria também importante que fosse divulgada uma breve justificação dos critérios que presidiram à seleção do referidos avençados. É importante que esses critérios sejam objetivos e isentos de ambiguidades, de forma a não restar a mínima dúvida de que não se trata de nenhum tipo de favorecimento pessoal, ou que possa levar os figueirenses a julgar haver avençados a fazer das avenças profissão.---

Por fim, há que esclarecer casos em que, aparentemente, pessoas foram exoneradas para logo depois serem contratadas em regime de avença.-----

Terceira, em nome da transparência e do total esclarecimento dos figueirenses, solicito ao executivo que me seja facultado um relatório relativo ao trabalho realizado pelos avençados cuja tarefa foi organizar e coordenar o aniversário da elevação da Figueira da Foz a Cidade e a Vila.-----

Quarto, pode o executivo disponibilizar à Assembleia Municipal o relatório de contas do RFM Somnii?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel



Jorge, pediu a publicação dos contratos dos avençados. Calculo que se está a pedir é porque estamos em falta e porque terá sido sempre publicado no passado e, portanto, se houve algum desvio em relação a esse hábito salutar, imediatamente será corrigido. Quanto aos contratos até podem ser publicados todos os dias, não tenho problema nenhum com isso.-----

Em relação ao relatório de contas do RFM Somni com certeza que enviaremos a todos os deputados municipais."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - FREGUESIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Reiterando o que disse o Dr. João Raul Portugal, também eu sinto uma enorme preocupação com o que se tem vindo a passar com alguma frequência, relativamente à falta de apoio às e aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. O descaso com que tratam as suas tentativas de contacto através de telefonemas e emails, é preocupante.-----

A falta de resposta aos seus anseios e aos problemas que diariamente enfrentam nas suas Freguesias, e que agora parecem não ter eco, não está conforme à expressividade com que foram eleitos e reeleitos por todos aqueles que valorizaram o seu desempenho.-----

No passado sempre contaram com todo o apoio. Nenhum telefonema ou email ficou sem resposta, nenhum convite deixou de ser aceite, nenhum problema deixou de ser valorizado. Em suma, nunca ficaram sem uma resposta ou uma explicação para com os seus anseios e preocupações. Infelizmente, não é o que se passa agora. Espero que o senhor Presidente mude toda esta situação que se tem vindo a arrastar e nos preocupa bastante. Eles também foram eleitos!-----

Relativamente às Festas das diferentes Freguesias, muito embora estejamos em tempo de contenção e de crise mundial que deve ser levada muito a sério, as Festas nas Freguesias são extremamente importantes pela tradição, pela cultura, pelos usos e costumes, pelo convívio e pela união das pessoas. Atravessam gerações e são a alma das gentes das diferentes Freguesias.-----

A todas deve ser dada igual atenção, presença nas diferentes festividades, a mesma ajuda, o mesmo empenho para com todas.-----

Afinal as e os Presidentes de Junta de Freguesia são o rosto visível de um serviço de proximidade com os seus fregueses.-----

Que haja bons ventos de mudança relativamente ao exposto. Quero crer que sim!"--



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Sobre os contactos dos Presidentes de Junta eu, com toda a franqueza, acho que algumas intervenções têm mais a ver com a realidade e outras mais a ver com ficção.-----

Estive aqui a tomar nota dos Presidentes de Junta de Freguesia com quem tenho falado nas últimas semanas, mas não consegui tomar nota de todos. Não sei se falta algum. Talvez, o Presidente da Junta de Maiorca não tenha tido propriamente uma conversa, até porque foi num lanche na Missa e Procissão na Anta, em que ele estava na Banda e depois estivemos juntos no lanche. Até com ele conversei e refiro-me a ele porque, de facto, isso não tem acontecido.-----

Agora, tenho aqui Buarcos e São Julião, Bom Sucesso, São Pedro, Marinha das Ondas, Alqueidão, Vila Verde, Ferreira-a-Nova, Paião, Tavarede e por aí fora.-----

Com toda a franqueza, o tratamento por igual, isso aí é que não. Não há ninguém que me possa acusar de tratar as duas Juntas de Freguesia com Presidentes da Figueira A Primeira melhor do que qualquer outra Junta de Freguesia. Até nas festas a que, de facto, não vou muito.-----

No dia em que fui à dos Piratas, e não foi na inauguração, a seguir fui à do Limonete, onde também não estive na inauguração. E estive mais tempo em Tavarede do que em Buarcos.-----

Mas isso para mim não é o principal. O principal é procurar resolver os problemas e os assuntos de cada freguesia.-----

O não haver respostas aos assuntos - eu sei quais são os assuntos. Ferreira-a-Nova teve a ver com uma Festa de Verão em que não houve o devido contacto com a Presidente de Junta, que eu mandei imediatamente corrigir. Vila Verde tem a ver com vários assuntos: uma intervenção numa Calçada que já foi autorizado o pagamento, a questão da ligação da EM 600 à A14, uma questão muito complicada, vários outros pontos como a Ponte da Margem Sul, a ponte pedonal, que foi feita reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde e a Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão...-----

Estou a falar das últimas semanas, não estou a falar deste último ano de mandato. O Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso interveio aqui. Quanto ao Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro não queria referir que falo com ele todos os dias para não o deixar mal colocado partidariamente, mas quase, até por força do compromisso que assumi de ser Presidente da Comissão de Festas de São Pedro. E podia ir por aqui fora!-----



Portanto, eu acho que a intervenção da deputada municipal, Isabel Guardão Tavares, devia ser publicada, estar a passar no ecrã e, depois, passarem os factos. Porque vir-se para uma assembleia política fazer uma intervenção de ficção é uma coisa extraordinária!-----

Deve-se combinar assim: olha, vais falar sobre o quê? Olha, diz aí que ele não liga aos Presidentes de Junta de Freguesia. Mas havia de haver o cuidado de dizer assim: têm falado com ele?-----

É uma coisa extraordinária! Uma pessoa até pensa que está noutro Concelho!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - PÓLO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Como todos sabem o Partido Socialista é um defensor do regresso do ensino superior ao Concelho da Figueira da Foz e, por isso mesmo, viabilizamos a instalação do Campus Universitário da Universidade de Coimbra no nosso Concelho. Já tivemos, inclusivamente, a oportunidade neste órgão de felicitar o Presidente da Câmara pelos avanços conseguidos neste âmbito.-----

No entanto, apesar disto, sendo este um assunto da maior relevância para todos os figueirenses carece de alguns esclarecimentos.-----

Começo por recordar o senhor Presidente da Câmara Municipal que na sessão da Assembleia Municipal de abril deste ano assegurou que o ensino superior seria instalado de forma progressiva, mas ainda assim, as atividades letivas iriam arrancar já no ano letivo 2022/2023.-----

Bem, aqui chegados ao ano letivo de 2022/2023, queríamos perceber se houve algum problema, porque as aulas, de facto, ainda não começaram, e questionar se o executivo já tem conhecimento de quais os cursos ou ciclos de estudos que vêm, qual é o local onde será instalado este Campus Universitário, e quando se prevê agora o arranque das atividades letivas.-----

Estas são questões que muitos figueirenses estão a colocar neste momento e que, por isso, o Partido Socialista entende ser da maior importância que sejam esclarecidas.-----

Para mais, alertamos que o Despacho publicado a 12 de setembro de 2022 em Diário da República tem a duração de um ano, eventualmente renovável, mas tem a duração de um ano ainda assim. Portanto, demonstramos aqui a nossa preocupação.-----

Afinal, o ensino Superior vem pelo prazo de um ano só? E até porque um dos objetivos imprescindíveis para a renovação deste Despacho é precisamente a infraestruturização



de um edificado com condições logísticas necessárias para as atividades da Universidade de Coimbra, e nesta altura ainda não foi anunciado.-----
Já esperávamos que tivesse sido anunciado um local para o Campus Universitário, e uma vez que não existe, parece-nos um problema dadas estas circunstâncias.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu não sou responsável nem pelos cursos, nem pelos professores, nem pelas notas que vão ser dadas pelos professores, nem pelo currículo de cada curso. Isso é com a Universidade de Coimbra.-----

Eu afirmei e mantenho, e foi dito também pelo Senhor Reitor, que durante o ano letivo 2022/2023 haveria atividades letivas.-----

A partir do momento em que assinámos o Protocolo e chegámos àquele acordo, a Universidade de Coimbra tem de o fazer. Não pode nem deve ser o Município a fazê-lo.-----

Espero e confio que a Universidade de Coimbra, trabalhe de um modo que permita que a instalação do seu Campus não tenha, anos depois, o destino que tiveram outras universidades que já cá estiveram. Espero que o Campus da Universidade de Coimbra fique muitos anos na Figueira da Foz, séculos, e que não seja um epifenómeno.---
Portanto, que aquilo que seja feito, seja sólido, fundamentado e consistente.”--

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - HABITAÇÃO NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: “Queria, uma vez mais, apelar a este executivo para a necessidade de habitação a custos controlados a pensar nos jovens e na classe média. Porque, como sabemos, com os custos da habitação, tão importante como a oferta de emprego, de formação superior e formação profissional é, de facto, haver habitação para a classe média acessível à classe média e também aos jovens. Só assim podemos, realmente, fixar e atrair mais população.-----

Sabemos que aprovaram a Estratégia Local de Habitação, mas a este nível parece-nos que ainda não se consubstanciou em nada de grandes avanços nesta matéria.---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Ouvi falar a deputada municipal, Mafalda Reis Azevedo, da importância da habitação a custos controlados para fixar jovens na cidade. Eu sei que mudaram os vereadores, mas também mudaram os deputados. Não moraram cá nos anos anteriores?! Não é o mesmo Partido Socialista que esteve 12 anos no poder?! Onde é que está a habitação a custos controlados?! Querem ver a habitação social



que há no Concelho. Quem é que a fez?-----
Eu às vezes, penso que não ouço bem. Vila Robim, Leirosa, Gala, entre outras. Não podemos falar de realidade? Eu acho que devem estar a falar para outra pessoa, para outra realidade política, que não para esta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O senhor Presidente fez habitação social, sem dúvida, mas nós também já tínhamos feito nos tempos da Câmara socialista. Já cá havia habitação social."-----

E a sua presidência na Câmara da Figueira da Foz foi exatamente na altura em que vieram os fundos comunitários da Comunidade Europeia para os Municípios poderem fazer mais habitação social. E aplicou-os, e bem! Parabéns por isso!-----
Agora, habitação social não é habitação a custos controlados. São coisas distintas, completamente diferentes, aplicadas de formas distintas e também com planos de investimentos diferentes."-----

Portanto, obviamente, nós estivemos doze anos na Câmara, tal como V. Ex.^a referiu. V. Ex.^a esteve na Câmara um tempo, nós estivemos outro, isto é da vida, a vida é dinâmica e a política também."-----

Agora, há uma questão que é tão simples quanto esta - nós já percebemos que as receitas do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis do Município da Figueira da Foz são boas e quase dobraram, pelo que vamos ter um problema de habitação na Figueira da Foz tanto de renda como de compra, mas sobretudo de renda, e até para os jovens universitários que vêm para a Figueira da Foz."-----

Mas isto é um problema da economia. Não estou a dizer que a culpa é do senhor Presidente da Câmara, mas olhando para o Orçamento e percebendo que o Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis duplicou também percebemos que temos de olhar para o arrendamento na Figueira da Foz, porque pode ser um problema ao curto/médio prazo na cidade. Este não é um problema só da Figueira da Foz, é um problema nacional!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal."-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Com certeza que habitação social é diferente de habitação a custos controlados, mas como o deputado municipal já antecipou, eu podia dizer o mesmo que disse sobre habitação social."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



N - COMEMORAÇÕES DOS 250 ANOS DA ELEVAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ A VILA E DOS 140 ANOS DA ELEVAÇÃO A CIDADE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Deixo uma nota em relação às comemorações dos 250 anos da elevação da Figueira da Foz a Vila e dos 140 anos da elevação a Cidade.-----

O Presidente da Câmara constituiu uma Comissão Municipal de Cultura, uma Comissão quase inédita, eu diria, criando dos figueirenses a natural expectativa que fossem comemorações extraordinárias, de excelência, com pompa e circunstância. E a verdade é que isso não se verificou!-----

Portanto, eu questiono o Presidente da Câmara Municipal se não está arrependido de ter contratado três comissários, gastando 9.600 euros por cada um, quando, na verdade, não vimos nada de especial. O senhor Presidente ainda acredita que esta Comissão era mesmo imprescindível para estas comemorações que foram verdadeiramente banais?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A Comissão Municipal de Cultura para as comemorações dos 250 anos da elevação da Figueira da Foz a Vila e dos 140 anos da elevação a Cidade faz muita comichão. Eu percebo a comichão, até porque são três comichões ainda por cima, principalmente uma que é um caso mesmo de urticária!-----

Eu afirmei na noite de 20 de setembro, aqui no Centro de Artes e Espectáculos, que a Comissão seguiu um rumo que não era o que eu teria seguido, principalmente pela falta de envolvimento da juventude, fator primordial e essencial quando celebramos o passado e queremos dar força ao presente.-----

E, portanto, quando as coisas não correm como esperamos devemos tirar ilações, até para ver se melhoram as comichões..."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - FREGUESIA DE BOM SUCESSO - TRAJETO DO EUROVELO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Carlos Neves Batata.

CARLOS NEVES BATATA: "Ontem, desloquei-me ao Norte da Freguesia de Bom Sucesso a fim de verificar os talhões que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas anda a reflorestar na mata florestal, que vai desde a zona do Norte da Freguesia até à Lagoa das Braças.-----

E constatei que na estrada florestal por onde passa o trajeto da Eurovelo está concluída a pavimentação no concelho de Cantanhede e parou mesmo no limite da Freguesia do Bom Sucesso com a Tocha, e no limite do Concelho da Figueira da Foz



com Cantanhede.-----

Senhor Presidente da Câmara tem indicações de quando começam as obras e das razões pelas quais pararam no limite do Concelho?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "A transferência de competências na área de ação social para o Município já foi feita? Vimos assistindo a instituições a despedirem técnicos porque a partir do dia um de outubro, por decisão de Vossa Excelência que não contesto, a Câmara Municipal fica com estas responsabilidades.-----

Ora, sucede que a Câmara Municipal não tem os técnicos necessários para o exercício das funções, e com o despedimento dos mesmos por parte das instituições verificar-se-á que os utentes irão ficar sem os respetivos apoios e acompanhamento psicológico, o que acontece, infelizmente, para cerca de três centenas de pessoas. E isto verifica-se porque a Câmara Municipal da Figueira Foz não geriu bem o tempo de contratação até ter os técnicos em atividade, criando um hiato de pelo menos dois meses, se não mais.-----

Para além de todo este constrangimento quer para os utentes, pessoas doentes e com carências económicas, quer para os referidos técnicos, pasme-se a Câmara Municipal da Figueira Foz resolveu esta questão contratando técnicos, repete-se fora do tempo, mas de forma precária, com um vencimento inferior ao que era pago pelas instituições que cumpriam essas funções, numa plataforma pouco amigável e que ainda obriga os concorrentes a terem de gastar mais de uma centena de euros para se habilitarem num concurso, sem garantias de qualquer sucesso.-----

Assim se promove a empregabilidade! Num concurso para Assistentes Sociais ainda não conseguiram, segundo se sabe, preencher as vagas!!! Porque será?!-----

Deixamos aqui o nosso lamento pela forma como este processo está a ser conduzido, não estando a ser pensados os interesses dos utentes, pessoas com imensas dificuldades, nem dos profissionais que ajudam de forma próxima, contínua e profissional estas pessoas.-----

Senhor Presidente, não é promovendo a contratação de técnicos de forma precária que se aumenta a qualidade do seu desempenho e a fixação de mais pessoas no nosso Concelho.-----

São lamentáveis, todas essas situações, nomeadamente a forma como o Município



conduziu todo este processo, dando a sensação, repito, dando a sensação de não demonstrar todo o cuidado que a população vulnerável do nosso Concelho merece.” –

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q – EROSIÃO COSTEIRA – QUINTO MOLHE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Estamos no final de setembro e não voltaram a colocar areia na zona do Quinto Molhe como, aliás, foi prometido.-----

Os cientistas afirmam que a vaga de calor que se tem sentido não aumenta somente a temperatura do ar, mas também a temperatura do mar, fenómeno que exponencia a probabilidade de ocorrerem fortes tempestades no início do Outono, com eventos extremos como inundações e cheias rápidas potencialmente devastadoras.-----

V.Ex.^a não está preocupado? Estou seguro que sim! E atenta a preocupação, que démarches foram feitas junto do Ministério do Ambiente e do Ministério das Obras Públicas para se prevenir uma situação desagradável, que há anos espera pela falta de decisão política do Governo? Existe um Plano de Proteção Civil para uma eventual calamidade que, claramente, não se pretende? As entidades estão todas preparadas? Há planeamento?-----

Porque se está a falar da zona marítima, verifica-se cada vez mais a existência de gaiotas e muitas avistam-se bastante afastadas do mar, com consequências menos boas. Há algum estudo ou estratégia para o controlo natural desta espécie?----- Terminada a época balnear, já se está a pensar na forma de fazer a manutenção dos passadiços e dos acessos às praias?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Obviamente, a erosão costeira preocupa-me bastante.-----

Segunda-feira recebi a nova Administração do Porto que, gentilmente, me foi apresentar cumprimentos, mas aproveitámos logo para fazer uma reunião de trabalho. Tenho falado bastante com os responsáveis Agência Portuguesa do Ambiente, que dizia precisar da nova Administração do Porto para iniciar trabalhos.-----

As notícias que tenho é que essa transposição primeira de areias, os 100.000 metros cúbicos, acontecerá no máximo no princípio de outubro, mas já não quero falar em datas...-----

O Município está a preparar, com as autoridades de proteção do Concelho, uma intervenção de proteção semelhante àquela que foi feita há dois anos.-----

Vamos ver também em relação ao big shot, importantíssimo, sob o ponto de vista ambiental, embora se trate de duas questões distintas: uma diz respeito à erosão



costeira e a outra aos movimentos de areias. A antiga Administração do Porto fez a adjudicação de uma empreitada permanente para dragagens de cerca de dois milhões de euros.-----

O big shot dos três milhões de metros cúbicos dizem-me que precisa de mais dois anos. O Ministro do Ambiente anterior esteve aqui no ano passado com toda a boa intenção, foi na altura da campanha e eu não estive cá por razões óbvias, mas esteve um candidato à Assembleia Municipal, a apresentar o estudo de impacto ambiental. Acho que não vamos ter esse big shot antes de dois anos.-----

Digam o que disserem os militantes políticos da Figueira A Primeira, Partido Socialista e Partido Social Democrata, quero aqui afirmar que considero muitíssimo importante, e por isso defendi, que esteja na Administração do Porto da Figueira, o antigo Vereador das obras durante muitos anos e antigo Presidente da Câmara da Figueira, e que conhece muito bem a Figueira da Foz. Por mim, não podia haver melhor solução, dado o conhecimento dos assuntos, também a capacidade de trabalho, e como já tive ocasião de elogiar, a velocidade de raciocínio.-----

Nós precisamos disso há muito tempo, pois já há uns bons anos que não estava ninguém da Figueira da Foz na Administração do Porto.-----

Eu disse ao Administrador do Porto «espero que, pelo menos, esse Administrador esteja cá agora na Figueira regularmente, e com capacidade de resposta permanente perante os operadores, agentes económicos, embarcações de pesca, e quem nos procura, para não irem para Peniche ou Matosinhos. O Presidente da Administração, Eduardo Feio, respondeu-me «não, eu também quero estar e, portanto, estarei cerca de metade da semana na Figueira da Foz».-----

Tenho feito o que posso e há diligências não vou contar aqui, porque entendo que as devo manter reservadas. Vamos ver se surtem efeito.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - QUINTA DA MATIÔA - IMÓVEIS PERTENCENTES AO INSTITUTO NACIONAL DA HABITAÇÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Na Quinta da Matiôa, os imóveis pertencentes ao Instituto Nacional da Habitação, onde a Câmara Municipal da Figueira da Foz fez um protocolo para instalar famílias ucranianas, estão vandalizados e são utilizados como sanitários, e não só. Uma verdadeira vergonha! Depois, por ali andam crianças a brincar!-----

Peço que a Câmara Municipal da Figueira Foz intervenha e obrigue o Instituto Nacional da Habitação a fechar os edifícios, já que, infelizmente, não os



recupera."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em relação à Matiôa, os fogos estão candidatados para reabilitação no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, mas se estão abertos e na situação que referiu acho que deve ser determinado o seu, não digo encerramento, mas serem entaipados para impossibilitar o acesso a esses espaços degradados."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - FELICITAÇÕES AO ATLETA OLÍMPICO FIGUEIRENSE JOÃO COSTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Dou os parabéns ao atleta olímpico figueirense, João Costa, pela conquista do Campeonato Europeu de Pistola de 50 metros, provavelmente, o atleta do nosso Concelho mais medalhado internacionalmente."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - FELICITAÇÕES À PIZZARIA FIGUEIRENSE GOSTO DIVINO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Dou os parabéns à Pizzaria figueirense Gosto Divino por ter conquistado o Campeonato Nacional de Pizza e ser apurada para o Campeonato Mundial a realizar em Nápoles, Itália, levando o nome da Figueira da Foz a terras transalpinas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - LEI N.º 39/2021, DE 24 DE JUNHO - REVERSÃO DO PROCESSO DE AGREGAÇÃO DE FREGUESIAS EFETUADA EM 2012

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Na última sessão da Assembleia Municipal, fui substituída pela minha camarada Maria Adelaide Gonçalves, mas sei que um cidadão, no Período de Intervenção do Público, colocou a questão da reposição de freguesias, falando, nomeadamente no caso da freguesia de Alhadas e desaparecimento da freguesia de Brenha."-----

Neste decurso de tempo, entre essa assembleia e o dia de hoje, foi feito algo em relação a esta matéria? Houve algum desenvolvimento ou procedimento novo, ou estamos, exatamente, no mesmo ponto?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, quando me apercebi que estavam a querer desagregar-se, preocupei-me em promover uma reunião de esclarecimentos com elementos dessas três autarquias e um técnico, devidamente



credenciado, da Associação Nacional de Freguesias.-----
Posteriormente, o deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves, perguntou-me porque não tinham sido convidados Paião/Borda do Campo, e eu respondi-lhe que o Presidente da Junta de Freguesia do Paião nos tinha dito que não pretendiam avançar com o processo.-----

Também tive o cuidado de falar depois com uma pessoa da Assembleia da República para poder disponibilizar alguém, face às várias questões que o diploma legal nos suscita.-----

Isto, embora seja pelo interesse das Freguesias é também pela economia, porque fazer quatro sessões extraordinárias é muito caro. Mas se tiver de ser, que seja! Por isso, pedi aos Presidentes de Junta que tentassem agilizar o processo, pois como sabem, há uma data limite para o procedimento especial, simplificado e transitório entrar na Assembleia da República. Hipoteticamente, fala-se que esta data limite possa vir a ser alterada, mas não sabemos quando e, assim sendo, será mais cauteloso cumprir a data em vigor.-----

Tanto quanto sei as Juntas de Freguesia estão a preparar os seus processos, e Alhadras/Brenha/Quiaios tem já o processo em fase final.-----

Este é o ponto da situação. Não sei se esclareci aquilo que a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz queria, mas foi uma iniciativa efetivamente da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Aproveito para esclarecer que o processo de Brenha não está absolutamente concluído, na medida em que foi pedida uma reunião ao Presidente da Junta de Quiaios, porque alguns terrenos passaram para domínio de Quiaios aquando da Reorganização Administrativa do Território, e essa reunião com a comissão que encetou este processo ainda não se realizou.-----

Mas, realmente, há trabalho feito!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Só pelo facto de a deputada municipal, Silvina Anadio Queiroz, ter referido que a Junta de Freguesia de Quiaios ainda não tinha agendado uma reunião com a Comissão, importa esclarecer aqui algumas questões.-----

Em primeiro lugar e de acordo com a Lei, quem tem de promover esse projeto da desagregação da Freguesia de Brenha é a Assembleia de Freguesia de Quiaios, e esse projeto tem de ser presente na Assembleia de Freguesia de Quiaios.-----

Só depois disso, terá de ser pedido o parecer obrigatório ao executivo da Freguesia



de Quiaios.-----
Acontece que esse projeto, eventualmente, estará em discussão junto dos membros da Assembleia de Freguesia, mas ainda não foi formalmente pedido o parecer obrigatório ao executivo da Freguesia de Quiaios.-----
Enquanto tal não acontecer, não faz sentido, estarmos a promover uma reunião pelo facto da mesma ser completamente extemporânea."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - DESIGNAÇÃO DOS QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA FIGUEIRA DA FOZ

Pela Mesa da Assembleia Municipal, e após auscultação dos líderes dos grupos municipais, foram propostos os nomes de Maria João Soares Coimbra, António Graça Lapão, Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa e Nazaré da Conceição Teixeira Melo e Silva, para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo da Figueira da Foz.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, em cumprimento das disposições emergentes da alínea 1) do n.º 1 do art.º 17.º da Lei 147/99, de 01 de setembro, na sua última redação, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, quatro abstenções, e um voto contra, designar os cidadãos Maria João Soares Coimbra, António Graça Lapão, Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa e Nazaré da Conceição Teixeira Melo e Silva, para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Eu não pude estar presente na reunião promovida com a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens no passado dia 12 de setembro, porque, exatamente nesse dia, eu me ausentei para fazer um tratamento termal, tal como disse, na altura, ao Presidente da Assembleia Municipal quando me contactou via telefone. Entretanto, pelo mesmo motivo, fui substituída na reunião de líderes que precedeu esta sessão por Maria Adelaide Gonçalves.-----

Falou-se nesta questão da designação pela Assembleia Municipal dos quatro cidadãos



eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e aí foi dito que sempre me tinham sido enviadas as convocatórias assim como para a deputada Isabel Guardão Tavares.-----

Ora, se assim tivesse sido, e não foi, eu teria perdido o mandato porque eu faltei a mais do que três reuniões seguidas, e o documento entregue pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não fala em perda de mandato da minha pessoa, nem tão pouco da pessoa da Isabel Guardão Tavares, mas apenas na perda de mandato de Jorge Monteiro por ultrapassar as faltas sem justificação previstas no Regulamento Interno da Comissão.-----

Reitero que a partir de outubro do ano passado deixei de receber convocatórias e, às vezes, sabia das reuniões através de uma disseminação de emails, através de uma senhora de seu nome Vera Matos, que penso ser a representante dos pais, e uma ou duas vezes através de Maria Margarida Fontoura. Apenas recebi a convocatória para a reunião de julho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Confirmo as suas palavras. Tanto a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz como as deputadas municipais Isabel Guardão Tavares e Maria Margarida Fontoura não tiveram faltas injustificadas. O único cidadão a perder o mandato por faltas foi Jorge Monteiro."-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES apresentou a seguinte declaração de voto: "Faço minhas as palavras da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Nós sempre tivemos comunicação atempadamente e assistimos a todas as reuniões que nos foi possível. Só faltávamos por motivos de força maior. Demos o melhor nós!-----

Ultimamente, há outra Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, há qualquer coisa que se passa ali e nós não recebemos as convocatórias. Essa é a verdade!-----

Inclusivamente, hoje está a decorrer uma reunião da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, precisamente quando decorre aqui a sessão da Assembleia Municipal... São estas coincidências que, às vezes, fazem com que as pessoas faltem!"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu e as deputadas municipais Isabel Guardão Tavares e Maria Margarida Fontoura terminaremos o mandato na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em 29 de novembro de 2022. Os cidadãos ora designados tomarão lugar na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de imediato, ou iniciarão as suas funções a partir de 30 de novembro de 2022, já que o nosso mandato irá até aí?"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Posso tentar saber, mas penso que iniciarão funções após o final do vosso mandato."-----

**4.2 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Correspondendo à sugestão de vários deputados municipais, entre eles a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, para além do envio da lista das decisões da Câmara que já costuma ser enviada, procurei redigir eu próprio algumas palavras sobre aquilo que me parece dever ser destacado no período decorrido entre as duas sessões da Assembleia Municipal.-----

Enviei por email hoje ao Presidente da Assembleia Municipal e aos deputados municipais, tendo sido dada uma cópia impressa aos líderes dos grupos municipais. Portanto, é um primeiro esforço para trabalhar nesse sentido. Fica a garantia de que procurarei melhorar a capacidade de abordar a generalidade dos temas de relevo no período entre as duas sessões."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Gostaria de fazer um ligeiro reparo - neste documento aparece Feira do Limonete, mas é Festa do Limonete. Não leve a mal este reparo, mas é só para repor a situação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Preocupa-me bastante a famosa 14.ª proposta de Alteração Orçamental. Eu fico contente por essa informação ter sido esvaziada. Aquilo que ouvi da parte do Presidente da Câmara vai no bom sentido, e no sentido partilhado por todos os grupos municipais aqui presentes de estarem genuinamente preocupados, como não podia deixar de ser, com o aumento do custo de vida que aí vem.-----

Preocupava-me mesmo, pois meio milhão de euros já era uma verba muito excessiva. Mas como está vertida em documentos apresentados para esta sessão, eu desconhecia ter havido já até declarações públicas em como a verba não iria ser essa.-----
Cá estarei para apreciar na próxima sessão em novembro/dezembro, mas não queria deixar de expressar a minha preocupação em relação a este ponto.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.



MANUEL RASCÃO MARQUES: "A páginas dois e sete, fala-se em novos investimentos na Figueira da Foz, mas não se vê nenhuma novas indústrias. Ao invés, por exemplo, em Coimbra vê-se concretização. Porque não sucede o mesmo na Figueira da Foz? Que obstáculos surgem?-----

Mais à frente sobre o Anel das Artes, gostava de perguntar se V. Ex. considera esta obra verdadeiramente importante e se vai avançar com ela.-----

Porque não articular com a sociedade proprietária do Coliseu Figueirense e fazer-se algo como se está a fazer na Póvoa de Varzim? Não seria melhor?-----

Nas páginas trinta e quatro e trinta e cinco, deixa-nos preocupado o relato feito pela Vereadora Anabela Tabaçó. Espero que a vontade de assumir as transferências de competências não venha a significar um sufoco nas contas da Câmara Municipal da Figueira Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Embora tenha vindo fora de tempo, como bem sabe, esta informação complementar do Presidente da Câmara sobre o que acontece e não está vazado neste documento é uma primeira tentativa que saúdo.-----

No entanto, gostaria de colocar uma pergunta um bocadinho atrevida - com que periodicidade são aprovadas as atas de Câmara? Na minha cabeça seriam presentes na reunião subsequente para serem aprovadas, mas, provavelmente, não é isso que acontece.-----

Este documento tem alguns erros de escrita, alguns naturais, outros nem por isso. E nas páginas sete e trinta e um, por exemplo, há uma gafe que importa corrigir, em vez de 18 de maio surge a data de 18 de fevereiro e 16 de fevereiro, portanto, um problema de copy past.-----

Já aqui se falou das contas do RFM Somnii e eu trazia também essa questão, pelo que fico a aguardar o Relatório, conforme foi prometido pelo Presidente da Câmara. A páginas quatro, congratulo-me verdadeiramente com a abertura do procedimento para a classificação do edifício da Biblioteca e Museu como imóvel de interesse municipal. Aliás, eu confesso a minha ignorância, porque achava que já tinha essa classificação.-----

Também na página sete se fala da Universidade e da sua vinda para a Figueira da Foz e aqui ocorre-me colocar algumas questões. Foram levantadas obras e objetos da Quinta das Olaias. O que saiu de lá foi inventariado? E o que ficou lá também foi inventariado? Parece que há elementos da coleção Caetano em gabinetes da Câmara? Queria confirmar se isso era verdade, porque se assim acontece, desfizeram



a coleção e havia a indicação expressa para que tal não sucedesse. A ser verdade, temos aqui assim uma versão, vamos chamá-la light, do Paço de Maiorca, com o desaparecimento de coisas que nunca mais lhes pusemos a vista em cima. Algumas até se sabe onde estão e eram pertença deste Município!-----

A páginas vinte, no último parágrafo há uma linguagem absolutamente confusa que eu nem consegui perceber. Há casos de alguns parágrafos que são redigidos e não são relidos, com certeza por falta de tempo ou por erro de simpatia.-----

Na página vinte e um, há um erro no quinto parágrafo atribuído ao Vereador Carlos Monteiro, mais ou menos a meio da página, onde se diz que se incorre em responsabilidade. Com certeza será que se incorre em irresponsabilidade. Tal como as datas será de todo o interesse corrigir.-----

O documento fala na aquisição de dois prédios, tendo a câmara exercido legalmente o direito de preferência, um sítio na Rua Dr. José da Silva Fonseca, outro na Rua Dez de Agosto. Quais as finalidades em equação? A Coligação Democrática Unitária é absolutamente a favor da aquisição de património, desde que a finalidade da aquisição o justifique de modo cabal.-----

A páginas trinta, menciona-se o prémio João Gaspar Simões e não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, com o Presidente Pedro Santana Lopes é agora a segunda vez, que coloco a questão se já pensaram porque foi extinto sem qualquer motivo o prémio Joaquim Namorado. E o senhor Presidente na altura disse que ia ver isso. Já pensou, de facto, no caso? Lembro que o Professor Joaquim Namorado foi um digníssimo membro desta Assembleia Municipal durante algum tempo.-----

Na página cinquenta e um, a propósito da Transição Energética - Energias Renováveis, quero formular um voto: que a descarbonização, que todos aplaudem e procuram, não se venha a refletir negativamente no bolso dos mesmos de sempre, porque sempre os mesmos a pagar, já chega! E o que eu constato em relação às renováveis é que elas caíram no regaço dos que tinham o controlo das fósseis. Tão simples quanto isto!-----

A páginas cinquenta e dois, faz-se referência a dois Parques de Estacionamento em Buarcos. Esta informação chegou sem os anexos dificultando ou impossibilitando a compreensão e interpretação do que está em causa com estes Parques de Estacionamento. Aproveito para voltar a pedir que quando haja anexos eles sejam remetidos. Estes Parques de Estacionamento já estão em funcionamento? Onde são? Fala-se num lote, mas como não há planta anexa, não consigo descortinar onde se situam.-----



Aproveito para afirmar que a Coligação Democrática Unitária não concorda nada com a política que vem de trás, da entrega do usufruto dos Parques de Estacionamento à empresa que hoje os detém.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Tomei boa nota dos vários erros apontados no documento pela deputada municipal, Silvina Anadio Queiroz, na sua exaustiva intervenção.-----

Não conferi ainda o prémio Joaquim Namorado.-----

Relativamente à Quinta das Olaias, senhora deputada municipal, pelo que tenho lido, desde os tenros anos da juventude, se há força política que na sua teoria, filosofia e doutrina defende o interesse coletivo por cima do interesse individual, é o Partido Comunista Português. Não é o único, mas é um dos que o faz.-----

Portanto, eu peço à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz para não dar guarida a ecos de fontes que pretendiam que os interesses individuais prevalecessem sobre os interesses coletivos.-----

Enquanto responsável político, a minha posição e as decisões que tomo em nome do interesse coletivo não são prejudicadas por causa da carreira seja de que funcionário ou funcionária for! E não caia no erro de dizer que na Quinta das Olaias temos algo parecido com o que aconteceu com o Paço de Maiorca, porque isso é duplamente ofensivo!-----

A transferência dos quadros da coleção João Reis da Quinta das Olaias para o Museu da cidade, foi elogiada pela Curadora da coleção e pelo neto do pintor. Consideraram ter sido uma muito melhor solução, e no dia da inauguração da exposição no Museu Municipal exibiu-se um vídeo do neto do pintor gravado no Rio de Janeiro onde vive.-----

A coleção Couto irá, essencialmente, toda ela para a Casa do Paço, que está a acabar um trabalho de reposição de azulejos.-----

No setor da Cultura deste Município havia casas que não abriam sequer para a Diretora de Departamento. Estavam encerradas, com as chaves nas mãos das pessoas de onde, provavelmente, brota esse tipo de informações. E há pessoas que, às vezes, por serem amigas de quem é eleito pensam que terão tratamento diferenciado. Estão completamente enganadas!-----

O interesse coletivo prevalece sobre o interesse individual e em matéria de conservação e preservação do património não se preocupe, foi tudo acompanhado pelas técnicas competentes e feito segundo as regras em vigor.-----

E lembro-a, porque tenho de a lembrar, infelizmente, anteriormente quando cá estive



não havia Departamento de Cultura, Paço de Maiorca, Quinta das Olaias, coleção Couto, nem esta sala onde estamos hoje a trabalhar!-----
Portanto, há de compreender que é preciso muita paciência para receber lições de amor ao património e espaços culturais do Município, quando tem para se apresentar esta autoridade moral. Era só o que faltava!-----

E o que está aqui em causa é permitir viabilizar ou não o projeto Universidade de Coimbra.-----

E houve pessoas neste Concelho, a tal quecaria de que eu falo às vezes, que fizeram tudo para sabotar o projeto da vinda do Campus da Universidade de Coimbra para defender o sítio onde trabalhavam, há não sei quantos anos. Acha isto crível?!--
Então, começaram a falar da coleção Couto, dos quadros que, se calhar, estavam mal e agora estão nos gabinetes da Câmara... Por acaso, até acontece que os responsáveis do Governo e da Presidência da República coloquem quadros do Museu de Arte Antiga nos seus gabinetes. Eu no meu, de Secretário de Estado da Cultura, não sei se ainda lá está, havia quadros de Veloso Salgado ou de José Malhoa, até para divulgação das peças de arte."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "O senhor Presidente da Câmara merece-me todo o respeito pessoal e institucional. Nunca passou pela minha cabeça ou pela dos meus camaradas, elaborar ou formular um ténue desenho de insulto. De maneira nenhuma!-----
Eu coloco questões. Tenho de dizer que as questões aqui colocadas o foram porque, realmente, há ecos, há coisas que são ditas e ouvidas, mas como a Coligação Democrática Unitária não tem a certeza da veracidade do que é dito, tem de confirmar junto de quem de direito, neste caso, o executivo camarário da Figueira da Foz.-
Julgo ter percebido que não há desmembramento da coleção Caetano, porque essa era a indicação quando foi cedida à Quinta das Olaias. E não perguntei nada sobre a exposição do pintor João Reis.-----

Houve uma parte da sua intervenção que eu sinceramente, pela minha palavra de honra, não compreendi, quando falou de amizades entre eleitos e outras pessoas, as quais considerariam que por serem amigas haveria favorecimentos pessoais. Não sei a quem se refere, nem quero saber, e tenho raiva a quem sabe."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É assim, se eu ouvir algum eco a dizer que a senhora deputada defendeu a venda do Novo Banco à Lone Star eu não acredito, nem venho colocar nenhuma questão seja em que Forum político for. Há coisas inverosímeis e



inconcebíveis!-----
O que sempre esteve aqui em causa foi a vinda do projeto do Campus da Universidade de Coimbra.-----
Quando as pessoas perguntam quando começa a Universidade de Coimbra, porque não perguntam também quando começa o Instituto do Emprego e Formação Profissional. E ninguém pergunta isso. Não é importante!-----
O rei D. Dinis deu o seu palácio de Coimbra para lá funcionar a Faculdade de Direito, tanto quanto julgo saber.-----
Agora, qual é o interesse coletivo principal? Eu percorri o Concelho todo à procura de outro espaço. Houve quem chegasse a ir a uma reunião da Câmara Municipal fazer uma intervenção a enaltecer a natureza fantástica da Quinta das Olaias, todas as pessoas que recebeu ao longo destes anos, para dizer que a Universidade não podia ser instalada na Quinta das Olaias.-----
Quando eu pedia alternativas diziam-me a Casa do Paço. Mas a Casa do Paço como? Não tem uma divisão, ou por outra, tem uma onde funcionou o Tribunal. As Oficinas Municipais, mas estão a brincar comigo?! Conhecem as Oficinas Municipais e o estado como estão, cheias de sucata? Tiveram alguma recuperação, mas para a Universidade de Coimbra? No Cabo Mondego? Está bem, mas não é nosso.-----
Pedi sugestões às mais insuspeitas pessoas que foram falar comigo. O Sítio das Artes? Pois, mas esse também não pode ser porque está degradado e vai ser preciso fazer ali um investimento. O valor de 05 milhões de euros para concretizar o estipulado entre o executivo anterior e o Instituto do Emprego e Formação Profissional não é disparatado. E, tanto quanto sei, pelos Serviços de Urbanismo da Câmara, o processo está a andar da parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional.-----
Eu congratulo-me que a generalidade das forças políticas do Concelho tenham viabilizado este processo. Todos estamos conscientes da importância da vinda da Universidade de Coimbra para a Figueira da Foz, queremos que corra bem para os tais jovens ficarem cá e para a Figueira da Foz ser, de facto, uma cidade universitária."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - TIAGO LOUREIRO DOS SANTOS - LEGALIZAÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO, SITO NA ESTRADA NACIONAL ESTRADA NACIONAL 109,



270 - FREGUESIA DE TAVAREDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta no sentido de se declarar o interesse municipal para a instrução do processo de legalização de obras de alteração e ampliação, bem como de mudança de finalidade (instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis) de um edifício, sito na Estrada Nacional 109, 270, Freguesia de Tavarede, propriedade de Tiago Loureiro dos Santos. Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 06 de julho de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e n.º 5 do art.º 45.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, declarar o interesse municipal para a instrução do processo de legalização de obras de alteração e ampliação, bem como de mudança de finalidade (instalação de uma oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis) de um edifício, sito na Estrada Nacional 109, 270, Freguesia de Tavarede, propriedade de Tiago Loureiro dos Santos, com fundamento no cumprimento das disposições contidas no n.º 3 do artigo do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz invocado. Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2022

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a inscrição das novas ações «Programa de Intervenções em Habitações» como despesa corrente e de capital, de forma a acomodar eventuais encargos que possam surgir no exercício de 2022, «Reformulação da Rede Pluvial da



Rua Principal do Outeiro, Paião», «Encargos das Instalações - Gás» para acomodar a despesa prevista para 2023, no âmbito da abertura do procedimento de fornecimento de gás natural para os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário, e «Encargos das Instalações - Eletricidade» tendo em vista acomodar a despesa prevista para 2023, no âmbito da abertura do procedimento de aquisição de eletricidade, em regime de mercado livre, para as instalações dos Centros de Saúde; o ajustamento orçamental da ação «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais», e o ajustamento da dotação de 2023 da ação «Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré- Escolar (PEDEPE) - A efetuar pelo Município - Prolongamento de Horário - Jardins de Infância», visando a abertura de procedimento para aquisição de serviços de dinamização de atividades de animação e apoio à família, no âmbito da componente não educativa; os ajustamentos das plurianualidades dos investimentos «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais» e «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Construção - 1.ª Fase - Ampliação e rede de saneamento»; e a reprogramação financeira dos investimentos «Contenção de talude na Rua do Lagar e na Rua da Sincera», «Beneficiação/Ampliação do Cemitério e de Ossários» da Freguesia de Alqueidão, «Conversão do Complexo Molinológico dos Moínhos da Gândara em Centro Interpretativo», e «Reabilitação da Passagem Pedonal na Avenida Francisco Sá Carneiro», os quais passarão a ter um carácter plurianual.-----
Esta 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Irei votar contra este ponto, embora aqui haja matérias que até mereceriam a minha aprovação.-----

Simplemente, aparece-nos mais uma vez, o desgraçado Cabedelo que é razão suficiente para eu enveredar por este sentido de voto, fazendo justiça ao velho ditado «gato escaldado de água fria tem medo».-----

Quando me falam no Cabedelo, eu tremo. A sério!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12



de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e três abstenções dos membros do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária, aprovar a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022, visando a inscrição das novas ações «Programa de Intervenções em Habitações» como despesa corrente e de capital, de forma a acomodar eventuais encargos que possam surgir no exercício de 2022, «Reformulação da Rede Pluvial da Rua Principal do Outeiro, Paião», «Encargos das Instalações - Gás» para acomodar a despesa prevista para 2023, no âmbito da abertura do procedimento de fornecimento de gás natural para os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário, e «Encargos das Instalações - Eletricidade» tendo em vista acomodar a despesa prevista para 2023, no âmbito da abertura do procedimento de aquisição de eletricidade, em regime de mercado livre, para as instalações dos Centros de Saúde; o ajustamento orçamental da ação «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais», e o ajustamento da dotação de 2023 da ação «Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (PEDEPE) - A efetuar pelo Município - Prolongamento de Horário - Jardins de Infância», visando a abertura de procedimento para aquisição de serviços de dinamização de atividades de animação e apoio à família, no âmbito da componente não educativa; os ajustamentos das plurianualidades dos investimentos «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais» e «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Construção - 1.ª Fase - Ampliação e rede de saneamento»; e a reprogramação financeira dos investimentos «Contenção de talude na Rua do Lagar e na Rua da Sincera», «Beneficiação/Ampliação do Cemitério e de Ossários» da Freguesia de Alqueidão, «Conversão do Complexo Molinológico dos Moínhos da Gândara em Centro Interpretativo», e «Reabilitação da Passagem Pedonal na Avenida Francisco Sá Carneiro», os quais passarão a ter um carácter plurianual. -----
Deliberação aprovada em minuta. -----

5.3 - DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2023

Pelo Presidente da Câmara foi proposto o lançamento da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e



não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho, pela taxa máxima de 1,5%, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atualizada, e a isenção da Derrama aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 22.º e 23.º do artigo e normativo invocados e do art.º 3.º-A do Regulamento Municipal de Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição dos Benefícios Fiscais, publicado na 2.ª série do Diário da República de 20 de setembro de 2021.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária vai votar favoravelmente este ponto.-----

A minha intervenção tem apenas a ver com um período da página sete do documento distribuído, que passo a ler: «Conforme se pode observar no quadro seguinte, as taxas relativas aos sujeitos passivos que tenham num ano um volume de negócios superior a 150.000 €, são aplicados na maior parte dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.»-----

Eu percebo que deve ser a taxa máxima, digo eu. Mas, de facto, não está cá o que acontece com a tributação desses empresários."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: "Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, isto não tem a ver com o lucro tributável, mas com o volume de negócios do ano anterior.-----

Portanto, às empresas que tenham um volume de negócios do ano anterior acima dos 150.000 euros pode ser aplicada a taxa máxima de 1,5%, sendo isso que é feito pela generalidade das Câmaras Municipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.-----

Mais, o limite dos 150.000 euros decorre da Lei."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Não quero ser maçadora. Eu sei isso e até vou votar a favor.-----

Agora, eu chamei a atenção para um erro de formulação existente no documento. Falta cá aquilo que eu intuí e a Vereadora confirmou - que a esses é-lhes aplicada em grande parte dos municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra



a taxa máxima.-----
Foi isso que eu deduzi, mas cá não está e deverá ser posto, porque estes documentos são, com certeza, para arquivar em bom sítio, e convém que estejam legíveis para todos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata passo a ler a seguinte proposta, enviada com a devida antecedência a todos os deputados municipais:-----

«No âmbito da apreciação do Ponto 5.3 da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal da Figueira da Foz do dia 29 de setembro de 2022 - Derrama a cobrar no ano de 2023 - vem o Grupo de Eleitos do Partido Social Democrata submeter à votação a seguinte proposta:-----

1 - O lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho, pela taxa de 1,4%, ao abrigo do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).-----

2 - Comunicar as taxas aprovadas à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2022, ao abrigo do disposto no n.º 17 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com a redação atribuída pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.»---

O Partido Social Democrata tenta ser coerente e como neste mandato a Câmara Municipal repetiu *ipsis verbis* a proposta do anterior executivo, nós entendemos dever dar um sinal às empresas de que podem investir aqui no Concelho, daí voltarmos a apresentar uma proposta nossa em relação à Derrama.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação, primeiro da proposta da Câmara Municipal, a qual se for aprovada inviabiliza a votação da proposta do Partido Social Democrata.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Isabel César Pereira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e nos termos da proposta



de Derrama a cobrar no ano de 2023 remetida pela Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com catorze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, e do membro da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, vinte e duas abstenções dos membros do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e três votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Adélia Ramos Batata e Paulo Martinho Pinto:-----

- 1 - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, lançar uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho;
- 2 - Isentar da Derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 22.º e 23.º do artigo e normativo invocados em 1 e do art.º 3.º-A do Regulamento Municipal de Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição dos Benefícios Fiscais, publicado na 2.ª série do Diário da República de 20 de setembro de 2021.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS DE 2022 - COBRANÇA A REALIZAR EM 2023 - FIXAÇÃO DA TAXA A APLICAR SOBRE PRÉDIOS URBANOS

Foi presente uma proposta do Presidente da Câmara fixando a taxa a aplicar sobre prédios urbanos na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis a realizar em 2023. Esta proposta foi votada favoravelmente na reunião ordinária de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata passo a ler a seguinte proposta, enviada com a devida antecedência a todos os deputados municipais:-----

«No âmbito da apreciação do Ponto 5.4 da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal da Figueira da Foz do dia 29 de setembro de 2022 - Imposto Municipal sobre Imóveis de 2022 - Cobrança a realizar em 2023 - Fixação da taxa a aplicar sobre prédios urbanos - vem o Grupo de Eleitos do Partido Social Democrata



submeter a votação a seguinte proposta:-----

1 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aplicar a taxa de 0,35% sobre os prédios urbanos.-----

2 - Ao abrigo do n.º 7 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixar uma redução de 10% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados.-----

3 - Fixar nos termos do n.º 12 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma redução de 20% da taxa que vigorará no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

4 - Efetuar a comunicação da deliberação à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2022, em cumprimento do disposto no n.º 14 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.»-----

O Partido Social Democrata apresenta esta proposta também no mesmo seguimento e na coerência daquilo que tem vindo a defender ao longo dos anos.-----

E acrescentámos aqui uma questão não contemplada pelo executivo municipal - a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar aos prédios urbanos arrendados.-----

Ainda hoje aqui se falou do problema do arrendamento e, portanto, pareceu-nos pertinente e gostávamos muito que isto fosse votado favoravelmente.-----

Senhor Presidente da Câmara, as políticas só fazem sentido se servirem as pessoas. Captar talento deve ser uma prioridade para o Município da Figueira Foz, porque captando talento mais fácil se torna atrair capital. No meu entender, é nesta base que o Município deve trabalhar, desde logo, dando alguns sinais atrativos para se fixar talento. E esses sinais devem ser dados nos impostos.-----

Não vale de nada sermos iguais aos concelhos circundantes. Temos de ser diferentes e dar mais condições!-----

Por outro lado, é necessário dar um apoio focado e concreto aos munícipes. Há Câmaras, por exemplo, a isentar o Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis para quem tem até 35 anos. Há Câmaras que vão devolver a totalidade do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.-----

Não podemos todos os anos vir dizer que não temos possibilidades de reduzir os



impostos porque o Município precisa de assegurar a capacidade financeira para fazer face à assunção de compromissos, no âmbito da transferência de novas competências para as autarquias locais. Então, porque aceitaram tais competências?! O Partido Social Democrata, neste local, alertou para que não se aceitassem as competências sem o competente envelope financeiro! Mau ato de gestão, os munícipes que paguem!...-----

Também não se pode vir todos os anos dizer que as atuais projeções macroeconómicas refletem a continuação da recuperação da economia portuguesa após o choque pandémico, etc., etc..., e que a elevada incerteza geopolítica poderá afetar a atividade económica por um período prolongado. E isto não serve também para os munícipes?! Se os munícipes têm de apertar o cinto, o Município não o deve fazer também, reduzindo um pouco as suas receitas por via dos impostos, nem que seja, pelo menos, por um ano?-----

A verdade é que o Município tem vindo a arrecadar, ano após ano, mais receita de Imposto Municipal sobre Imóveis. A receita do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis este ano supera todas as expectativas, pois em junho já estava arrecadado o montante orçamentado.-----

Entendemos que, em virtude deste acréscimo da receita de impostos recebidos e atento o período de crise em que estamos a entrar, o Município tem o dever de ajudar os munícipes da Figueira Foz, reduzindo os impostos a cobrar, dando incentivos para que haja mais imóveis no mercado de arrendamento de que a Figueira Foz está tão carenciada.-----

Apelamos, assim, para que estas propostas do Partido Social Democrata mereçam o acolhimento de todos neste momento difícil por que passamos, esperando que a economia volte a recuperar e aí podermos fazer um reajuste, se necessário for.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “Estou ciente da importância do Imposto Municipal sobre Imóveis como fonte de financiamento fulcral para os municípios, reforçando a minha concordância em relação à majoração aplicada aos prédios devolutos e ao apoio prestado às famílias mais numerosas, que se verifica na Figueira da Foz.-----

Contudo, continuo a considerar a taxa proposta de 0,4% excessiva. Olhando para o documento apresentado, verifica-se que a generalidade dos concelhos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ronda os 0,3%/0,35%, havendo apenas a Figueira da Foz e Lousã com 0,4% e Vila Nova de Poiares com 0,45%.-----

Continua a ser uma das mais altas taxas da Comunidade Intermunicipal, isto num



contexto de subida do custo de vida em que qualquer redução de custos é bem vinda. Neste caso, apesar da concordância em relação a alguns pontos, voto globalmente contra esta proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Votarei este ponto da mesma forma como o tenho votado em anos anteriores, e pelas mesmíssimas razões.-----

A Coligação Democrática Unitária entende que a Câmara deveria dar aos atuais e futuros munícipes, um sinal de boa vontade diminuindo esta taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis. Por isso mesmo, votarei contra.-----

Agora, a páginas nove deste documento, temos o gráfico IV - Evolução dos Impostos Diretos que tem três vezes o ano 2016 e com valores diferentes. O Imposto Único de Circulação está ela por ela, mas o Imposto Municipal sobre Imóveis e a Derrama tem valores absolutamente díspares. Qual o significado desta repetição do ano de 2016?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação, primeiro da proposta da Câmara Municipal, a qual se for aprovada inviabiliza a votação da proposta do Partido Social Democrata.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e nos termos das disposições combinadas dos art.ºs 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei , n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, vinte e duas abstenções dos membros do Partido Socialista, e quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda:-----

- 1 - Fixar em 0,4% a taxa a aplicar aos prédios urbanos;-----
- 2 - Aprovar uma dedução fixa ao valor do imposto resultante da aplicação da taxa sobre os prédios urbanos, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário do prédio correspondente à habitação própria e permanente, e que seja efetivamente afeto a tal fim, conforme disposto no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:-----



- 1 Dependente = dedução fixa de 20,00 €-----
- 2 Dependentes = dedução fixa de 40,00 €-----
- 3 ou mais Dependentes = dedução fixa de 70,00 €-----
- 3 - Majorar em 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, integrando neste conceito os prédios que, face ao seu estado de degradação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, conforme dispõe o n.º 8 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----
- 4 -Ao abrigo das disposições emergentes do n.º 3 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que a taxa aprovada seja elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio, e no caso de prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas;-----
- 5 - Majorar o dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € (vinte euros) por cada prédio abrangido, nos termos do n.º 9 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----
- 6 - Reduzir em 30% a taxa em vigor no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e tenham sido objeto de operações de reabilitação urbana a serem comprovadas e a merecerem parecer favorável dos serviços municipais, ao abrigo do disposto no n.º 12 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo estes prédios comunicados à Autoridade Tributária nos termos do n.º 15.º deste mesmo artigo.-----
- Deliberação aprovada em minuta.*-----

5.5 - **FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES RELATIVA AOS RENDIMENTOS DE 2023**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a fixação de uma participação



variável de 3,50% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2023.-----

Esta proposta foi elaborada ao abrigo das disposições previstas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, e com fundamento na necessidade de se assegurar o cumprimento do limite da dívida total por forma a permitir a continuidade da suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, conforme dispõe o n.º 5 do art.º 97.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro; no facto desta participação variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ser a componente da Participação de Impostos do Estado que apresentou um comportamento dinâmico e consistente até 2015, tendo vindo a decrescer nos anos seguintes na sequência das reduções da sua percentagem, aprovadas em sede desta Assembleia Municipal; e ainda, no facto de ser fundamental assegurar a adequada capacidade financeira do Município para fazer face não só à assunção de compromissos no âmbito da transferência de novas competências para as autarquias locais, mas também, aos investimentos a realizar no âmbito dos instrumentos de cofinanciamento do Portugal 2020 e aos investimentos mapeados no quadro do novo ciclo de cofinanciamento comunitário 2030, muitos deles a exigir um esforço razoavelmente elevado do Orçamento Municipal.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata passo a ler a seguinte proposta, enviada com a devida antecedência a todos os deputados municipais:-----

«No âmbito da apreciação do Ponto 5.5 da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal da Figueira da Foz do dia 29 de setembro de 2022 - Fixação da percentagem de participação variável no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa aos rendimentos de 2023 - vem o Grupo de Eleitos do Partido Social Democrata submeter à votação a seguinte proposta:-----

1 - Seja fixada uma participação variável de 3,00% no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2023, nos termos do n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.-----

2 - Seja comunicada a percentagem de participação no Imposto Sobre o Rendimento



das Pessoas Singulares à Autoridade Tributária até 31 de dezembro de 2022, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.»”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A justificação do voto contra no ponto anterior, serve perfeitamente para justificar o voto contra neste.-----

Na minha opinião, o Município deveria abdicar de uma parte da sua receita e dar o tal sinal de boa vontade aos munícipes. Obviamente já abdica de uma parte, mas eu falaria de mais meio ponto percentual.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: “O Bloco de Esquerda, por princípio, é a favor do que a taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares a cobrar, que fica nos municípios, deveria ser a taxa máxima de 5%, porquanto, a diferença de percentagem a cobrar se revela quase irrisória em muitos casos de rendimentos mais baixos, e mesmo irrelevante numa faixa de população que não necessita declarar Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares devido aos seus baixos rendimentos.-----

Desta forma, essa descida acaba apenas por beneficiar de forma sensível os rendimentos mais altos, daí fazer muito mais sentido que as câmaras imponham os 5% permitidos por lei de modo a beneficiar o erário público, permitindo uma melhor redistribuição dos rendimentos.-----

Contudo, no presente contexto de crescentes dificuldades económicas, considero que qualquer eventual aumento de receita por descida de imposto poderá ser, por pequena que seja, positiva para alguns agregados e, em consequência, excepcionalmente, abster-me-ei neste ponto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Ouvi, como é meu dever, com todo o interesse as fundamentações propostas. Como tenho dito várias vezes ao longo desta Assembleia, devemos aprender sempre ao longo da vida.-----

Gostava de salientar aqui um contraste: esta semana, o Vereador do Partido Social Democrata chamou a atenção para o perigo de endividamento do Município, principalmente por causa das Festas das Freguesias, ou seja, por causa de cerca de cem/cento e tal mil euros, algo assim, e o mesmo partido apresenta agora propostas que se fossem aprovadas implicavam, no mínimo, 05 a 06 milhões de euros a menos de receita.-----

Não há milagres, o Orçamento não vai ser superavitário, não o tem sido. Portanto, a diminuição de receita gera impossibilidade de fazer face a despesas e, em



princípio, a necessidade de contrair financiamento para as suportar.-----
Eu subscreveria a intervenção do deputado municipal do Bloco de Esquerda até ao
contudo, porque, de facto, mais de 50% da população não paga Imposto sobre o
Rendimento das Pessoas Singulares, e para o Município esta taxa em vigor representa
1.600.000 euros. E neste ano que aí vem, isso é muito, muito significativo!-----
Se nós fizéssemos um estudo com a taxa máxima, não indo para o Imposto Municipal
sobre Imóveis, eram cerca de 3.500.000 de euros a mais de receita para o Município,
os quais fazem muita falta.-----
Lembro que temos em cima da mesa, por exemplo, a possibilidade de termos de ir com
capitais próprios ou, então, com financiamento para a construção da Ponte na Margem
Sul, se não vier a haver financiamento comunitário, para já não falar do Cabo
Mondego. Esta variação de receitas de impostos é muito significativa e, de facto,
não há milagres!-----
É fácil apresentar propostas de redução de receitas previsíveis e querer fazer
isto e mais aquilo e contratar os técnicos de ação social, etc., tudo isto
correspondendo a aumento das despesas. Não é possível, lamento!-----
Não posso deixar de elogiar o sentido de responsabilidade, nomeadamente, do grupo
municipal do Partido Socialista, ao viabilizar propostas idênticas, no geral, às
que vigoravam anteriormente. Alterar posições quando se passa do poder para a
oposição, só contribui para o descrédito da política.-----
Volto a afirmar, mais de metade da população portuguesa e nomeadamente também da
Figueira da Foz não paga Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os
mais desfavorecidos. Eu prefiro ter receita para os apoiar do que beneficiar
aqueles que, porventura, não vivam com essas dificuldades. São dilemas, mas fomos
por esta opção de estabilidade fiscal no geral.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----
MANUEL RASCÃO MARQUES: “Compreendemos perfeitamente a tomada de posição do Partido
Socialista, mas nós também somos coerentes e mantemos a nossa posição já defendida
em anos anteriores.-----
Agora, o senhor Presidente vai-me desculpar, mas não vai atirar ao ar um valor sem
estar devidamente fundamentado. Então, lanço o desafio ao senhor Presidente que
nos forneça de forma técnica como chega aos 05 milhões que iria ser a diferença
para menos na receita. Não tem de ser hoje e aqui, pode ser depois. Dizer 05
milhões sem fundamentar é complicado! E repare que eu tive o cuidado de fazer a
maior ênfase no Imposto Municipal sobre Imóveis, e não nos outros impostos.-----



Nós somos coerentes e vamos continuar a ser coerentes até ao fim do mandato!"---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Manuel Rascão Marques, o senhor pode ser coerente em relação ao passado, mas há um passado de crescimento da economia, de paz no mundo, de ausência de pandemia e há um presente completamente diferente. - Uma pessoa dizer «não me interessa se o mundo está em guerra, se há inflação e pandemia, não me interessa nada disso», se chama a isso coerência, eu com franqueza chamar-lhe-ia outra coisa.-----

O somatório do impacto só das vossas propostas na receita seria de 2.171.261 euros.

Acha pouco face ao perigo do endividamento do Município?!-------

As coisas têm limites. Ver o Partido Social Democrata a votar contra, o Partido Comunista Português a votar a favor da proposta anterior e o Bloco de Esquerda a abster-se, vou-lhe dizer - eu tenho alguma capacidade de aprender, mas há limites que não consigo ultrapassar! Sei que o mundo está todo ao contrário, mas com toda a franqueza é muito difícil de perceber isto!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Já reduziu de 05 para 02 milhões e qualquer coisa de euros. Já é e melhor!-----

Efetivamente, estamos num momento de crise, mas o senhor Presidente não fala do aumento de receita de impostos cobrados atualmente e que nunca foram verificados no mandato anterior.-----

Aliás, eu não estou a fazer mais do que o líder do meu partido está a fazer perante o Governo. O Presidente do Partido Social Democrata anda a pedir ao Governo para ajudar mais, e nós também devemos pedir ao Governo da nossa cidade para dar um sinal e ajudar mais. Se acha estranho nós votarmos de uma maneira e os outros partidos votarem de outra, pois, cada um tem a sua perspetiva. Em liberdade cada um votará como bem entende.-----

Nomeadamente, no Imposto Municipal sobre Imóveis parecia-me lógico. Como disse, há câmaras que não querem nada de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, há câmaras a reduzir o Imposto Municipal sobre Imóveis, e nós mantemos o que já vinha de trás!!!-----

Até porque nós estamos contra essas tão faladas obras que já vêm do anterior mandato. São despesas que nós não aprovamos. Não temos culpa que a maioria anterior tenha decidido fazer obras que, na prática, são um descalabro, e que vamos estar anos e anos a recuperar, alterar e a gastar mais dinheiro.-----



Este nosso pensamento espero que, não concordando com ele, ainda assim o aceite senhor Presidente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Aceitar aceito, mas há aí uma diferença. Uma coisa é propor a redução de impostos, outra é a que faz o líder do seu partido - defender o aumento de apoios, nomeadamente, o apoio às famílias.-----

Eu aceito e defendo o aumento de apoios, mas para isso preciso de ter um Orçamento equilibrado.-----

Talvez o Partido Social Democrata tenha votado contra as obras todas feitas no mandato anterior, mas aí, de facto, também temos posições diferentes.-----

Há várias obras feitas no mandato anterior que, em meu entender, são positivas, e defendo-as. Agora, estas do Núcleo Histórico não terão corrido bem. Não sei se o Partido Social Democrata votou contra, mas eu tê-las-ia votado a favor. Só o estado em que estão as infraestruturas de toda aquela zona, a necessidade de recuperação das galerias, das condutas, da separação das redes pluvial e de esgotos. Há tanta necessidade de intervenção e votar contra essa obra custa-me a perceber.-----

Se Deus quiser, nós vamos fazer a segunda fase até 30 de junho e, depois, a terceira fase abrangendo toda a zona que estava prevista. Irá parar, se calhar, quase até ao final do mandato, é a vida!-----

Defendemos a obra que vai ser feita na Ponte Edgar Cardoso. A esse propósito, devo dizer que vai ser feita uma reunião no próximo dia 13 de outubro, no Auditório Municipal, pelas 18,00 horas, com as Infraestruturas de Portugal, nós próprios e os agentes económicos, empresários, representantes, sindicatos e outras entidades que têm que ver com a matéria, aberta a quem tenha interesse em estar presente.-

Tivemos uma reunião quarta-feira de manhã com as Infraestruturas de Portugal e, portanto, as obras começarão dia 01 de novembro, embora com a interrupção só a partir de fevereiro.-----

Ouçó sempre o Parque Verde, mas não sou contra a obra do Jardim Municipal. Falou-se muito, vi e acho que ficou bem e bonito. Não sou contra a obra do Enforca Cães. Tem alguns pontos que podem ser corrigidos. Também estou à vontade com a obra do Convento de Seiça - são várias intervenções, ainda bem também que o executivo anterior deu continuidade a esse processo.-----

Por isso mesmo compreendo, se o senhor deputado é contra essas obras todas não quererá a receita que as financie... Eu sou a favor.-----

Ainda ontem estive em Seiça. Magnífico e convido-os a irem lá. Já saíram os ninhos



das cegonhas e a obra está a correr a bom ritmo agora. Houve necessidade de correção de alguns pontos - onde fica o elevador, onde não fica - na sequência da opinião dos arquitetos.-----

Vivemos num tempo paradoxo, deputado municipal Manuel Rascão Marques, nunca tivemos tantos fundos disponíveis do país e da Europa para investimento e não temos dinheiro, de facto, para as despesas correntes se elas continuarem a aumentar ao ritmo a que estão a aumentar.-----

Por isso, há quem diga que, se calhar, verbas para investimento acabarão por ter que financiar mais despesas correntes... Não sei como, é um paradoxo!-----

E oxalá nós tenhamos a capacidade para fazer cofinanciamento quando o financiamento não for 100%. Por exemplo, a segunda fase da requalificação da marginal, como não tem financiamento assegurado, procuraremos fazer o estritamente necessário, mas não toda a obra que estava prevista.-----

Eu defendo, assim consigamos arranjar capitais privados, o prolongamento da Marina até à linha de enfiamento do Município. Necessitamos de uma Marina maior. Não sei se sabem que a concessão da Marina por 50 anos estava à venda numa revista de Miami. É assim um mistério que não se consegue desvendar bem!!!-----

Perguntou-me, há pouco, porque não vêm para cá empresas, e eu acho que houve falhas em tempos anteriores. Atrasaram-se bancos de terrenos infraestruturados, agora é que vão arrancar as infraestruturas do Pincho e as da Zona Industrial da Gala estão a correr bem. E há muitas empresas interessadas em vir, quer para uma quer para outra.-----

Li algo do Dr. Vítor Constâncio, enfim, personagem presente na minha vida há uns bons anos, mas que agora reapareceu para criticar o choque fiscal no Reino Unido. Choque fiscal numa altura destas tenho dificuldade em perceber, mas aceito que haja quem pense assim. Com certeza que sim."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "Sem querer fazer chover no molhado em relação às palavras do senhor Presidente da Câmara, agora mesmo quando se referiu ao Bloco de Esquerda, eu também sinto que o mundo está um bocadinho ao contrário. E talvez esta confusão nas votações tenha a ver com isso também.-----

Eu queria só reforçar que o sentido de voto do Bloco de Esquerda neste ponto é excepcional, por considerar que os tempos que aí vêm vão afetar sobretudo as classes médias para cima.-----

Agora por princípio, volto a dizer, concordo com o Presidente da Câmara e acho que



devia ser a taxa máxima para que os municípios pudessem redistribuir mais e de uma forma mais equitativa. A minha abstenção é mesmo excepcional.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação, primeiro da proposta da Câmara Municipal, a qual se for aprovada inviabiliza a votação da proposta do Partido Social Democrata.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições previstas nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e três votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata, e do membro da Coligação Democrática Unitária, fixar em 3,50% a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2023.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, nele se criando três postos de trabalho de Técnico Superior, sendo dois para a Divisão de Promoção e Animação Turística e um para a Divisão de Urbanismo, e um posto de trabalho de Coordenador Técnico para o Agrupamento de Escolas Figueira Mar, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; dois postos de trabalho de Assistente Técnico para a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, e um posto de trabalho com a designação «Emprego Apoiado em Mercado Livre» para o Serviço de Juventude da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Esta questão da alteração ao Mapa de Pessoal faz-me



lembrar um carrossel, mas aquele carrossel que nos deixa muito maldispostos e de estômago virado. Nós não conseguimos sair deste carrossel! Sessão sobre sessão, temos este assunto em cima da mesa!-----

Vou votar contra, independentemente de haver aqui substituições e casos de mobilidade. Quando será o dia em que votaremos a favor alterações de Mapa de Pessoal? Por exemplo, quando houver de novo regularização de vínculos precários, que os há e não são poucos.-----

Aproveito para perguntar quem é que, neste momento, absorve as competências do Presidente da Câmara Municipal, na medida em que ele está ausente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA respondeu que era a Vice-Presidente, Vereadora Anabela Tabaçó, que já foi nomeada em junho deste ano e perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, três abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata e do membro do Bloco de Esquerda, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2022, nele se criando três postos de trabalho de Técnico Superior, sendo dois para a Divisão de Promoção e Animação Turística e um para a Divisão de Urbanismo, e um posto de trabalho de Coordenador Técnico para o Agrupamento de Escolas Figueira Mar, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; dois postos de trabalho de Assistente Técnico para a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo, e um posto de trabalho com a designação «Emprego Apoiado em Mercado Livre» para o Serviço de Juventude da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



5.7 - CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS PARA OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 1.º, 2.º E 3.º GRAUS - DIRETORES DE DEPARTAMENTO, CHEFES DE DIVISÃO E CHEFES DE SERVIÇO

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a abertura dos procedimento concursais para dirigentes intermédios de 1.º, 2.º e 3.º graus, e a constituição dos júris, tendo em vista o provimento definitivo dos cargos dirigentes de Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais, Diretor do Departamento de Cultura e Turismo, Chefe de Contratação Pública, Chefe Divisão de Estudos e Projetos, Chefe de Divisão de Logística e Administração Direta, Chefe de Divisão de Ciência e Inovação, Chefe de Divisão de Finanças e Património, Chefe de Divisão de Promoção e Animação Turística, Chefe de Serviço Parque de Campismo, Chefe de Serviço de Contabilidade, e Chefe de Serviço de Museus e Núcleos, entretanto exercidos em regime de substituição, e para Chefe de Divisão de Cultura, Chefe de Divisão Jurídica e Contencioso, e Chefe de Serviço de Biblioteca e Arquivo, que se encontram vagos. Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, quatro abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a designação dos júris dos procedimentos concursais para provimento dos cargos de Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais, Diretor do Departamento de Cultura e Turismo, Chefe de Contratação Pública, Chefe Divisão de Estudos e Projetos, Chefe de Divisão de Logística e Administração Direta, Chefe de Divisão de Ciência e Inovação, Chefe de Divisão de Finanças e Património, Chefe de Divisão de Promoção e Animação Turística, Chefe de Divisão de Cultura, Chefe de Divisão Jurídica e Contencioso,



Chefe de Serviço Parque de Campismo, Chefe de Serviço de Contabilidade, e Chefe de Serviço de Museus e Núcleos, e Chefe de Serviço de Biblioteca e Arquivo, os quais terão a seguinte constituição:-----

1 - Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais

Presidente - Ana Maria Reis Fonseca Pimentel, Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal de Coimbra;-----

Primeira Vogal Efetiva - Anabela Barosa Lourenço - Diretora do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

Segunda Vogal Efetiva - Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

2 - Diretor do Departamento de Cultura e Turismo

Presidente - António Carlos Albuquerque de Sousa, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico e Social da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Maria Manuel Rainho Ataíde das Neves, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

3 - Chefe de Divisão de Contratação Pública

Presidente - Ana Sofia Ruivo Canas, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Primeiro Vogal Efetivo - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segundo Vogal Efetivo - Ricardo José Gouveia de Jesus Cândido, Chefe da Divisão de Finanças e Património da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----



Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

4 - Chefe de Divisão de Estudos e Projetos

Presidente - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Elisabete Marisa Martinho Eulálio, Chefe da Divisão de Logística e Administração Direta da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

5 - Chefe de Divisão de Logística e Administração Direta

Presidente - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segundo Vogal Efetivo - Rui Manuel de Oliveira Afonso da Silva, Chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

6 - Chefe de Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico

Presidente - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime



de substituição;-----
Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

7 - Chefe de Divisão de Finanças e Património

Presidente - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;
Primeiro Vogal Efetivo - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Susana Paula Gomes Simões Mota, Chefe da Divisão da Contratação Pública da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

8 - Chefe de Divisão de Promoção e Animação Turística

Presidente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Lucinda Maria Alves Jordão, Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.

9 - Chefe de Divisão de Cultura

Presidente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----



Segunda Vogal Efetiva - Lucinda Maria Alves Jordão, Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Ana Maria da Silva Heitor, Chefe da Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

10 - Chefe de Divisão Jurídica e Contencioso

Presidente - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Primeira Vogal Efetiva - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Susana Paula Gomes Simões Mota, Chefe da Divisão da Contratação Pública da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Ricardo José Gouveia de Jesus Cândido, Chefe da Divisão de Finanças e Património da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

11 - Chefe de Serviço Parque de Campismo

Presidente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Anabela Cristina Lourenço Bento, Chefe da Divisão de Promoção e Animação Turística da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

12 - Chefe de Serviço de Contabilidade

Presidente - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Primeiro Vogal Efetivo - Ricardo José Gouveia de Jesus Cândido, Chefe da Divisão



de Finanças e Património da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Susana Paula Gomes Simões Mota, Chefe da Divisão da Contratação Pública da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Paula Cristina Jorge da Silva Zuzarte, Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

13 - Chefe de Serviço de Museus e Núcleos

Presidente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Ana Maria da Silva Heitor, Chefe da Divisão de Ciência e Inovação e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Vogal Suplente - Lucinda Maria Alves Jordão, Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.

14 - Chefe de Serviço de Biblioteca e Arquivo

Presidente - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Primeira Vogal Efetiva - Ana Sofia Ruivo Canas - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;-----

Segunda Vogal Efetiva - Lucinda Maria Alves Jordão, Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição;

Vogal Suplente - Anabela Cristina Lourenço Bento, Chefe da Divisão de Promoção e Animação Turística da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em regime de substituição.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ (2017-2021)



Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e votação o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Concelho da Figueira da Foz (2017-2021), elaborado nos termos do n.º 3 do art.º 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Este Relatório foi precedido de um período de discussão pública, em cumprimento das disposições previstas no n.º 5 do artigo e diploma invocados, durante o qual não foi apresentada qualquer participação.-----

Este dossier foi aprovado em sede de reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, cinco abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Adélia Ramos Batata e Paulo Martinho Pinto, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Concelho da Figueira da Foz (2017-2021).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, NO ÂMBITO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE ALQUEIDÃO; BOM SUCESSO; FERREIRA-A-NOVA; MAIORCA; PAIÃO E SÃO PEDRO - ANO LETIVO 2022/2023 - AUTORIZAÇÃO DA PLURIANUALIDADE DOS ENCARGOS

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados com as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, Paião e São Pedro, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico - Ano Letivo 2022/2023, para autorização da assunção dos encargos plurianuais pelo Município, cujo valor global é de 181.177,50 € (cento e



oitenta e um mil cento e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2022 - 72.471,00 € (setenta e dois mil quatrocentos e setenta e um euros, isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado;-----

2 - Ano económico de 2023 - 108.706,50 € (cento e oito mil setecentos e seis euros e cinquenta cêntimos), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado.-----

Este processo foi aprovado na reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Vou aprovar este ponto partindo do pressuposto muito verdadeiro de que toda a gente erra, e não há ninguém que não cometa um erro mais cedo ou mais tarde no seu percurso. Mas 11.000 euros de diferença, não é brincadeira!-----

Faço votos que isto não volte a acontecer até mesmo, porque me sinto «caçada na ratoeira»: votei a favor uma coisa que, afinal, não era verdade. Era mentira e acabou por ser depois corrigida, sendo certo que também não tinha nenhuma capacidade para encontrar esse erro. Só mesmo os serviços da Câmara tinham a essa possibilidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata, Paulo Martinho Pinto e Gilberto Fajardo Oliveira, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, e sem votos contra, autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, Paião e São Pedro, na parte



referente à confeção e fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pelos anos económicos de 2022 e 2023, os quais não poderão exceder:-----

1 - Ano económico de 2022 - 72.471,00 € (setenta e dois mil quatrocentos e setenta e um euros, isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado);-----

2 - Ano económico de 2023 - 108.706,50 € (cento e oito mil setecentos e seis euros e cinquenta cêntimos), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - 7.ª ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à 7.ª Alteração, por Adaptação, da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta alteração por adaptação decorre da entrada em vigor em janeiro de 2022 do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, da publicação em Diário da República da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, elaborada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Direção Geral do Território e Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P., e do Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, o qual prevê que as Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança sejam adaptadas pelas comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais à realidade territorial e necessidades de priorização das ações de proteção contra incêndios rurais, traduzindo-se na alteração dos art.ºs 3.º, 5.º, 6.º e 46.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, e na revogação do art.º 8.º deste mesmo Regulamento e da Planta de Condicionantes - Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios, por força da revogação do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, que definia as restrições à ocupação do solo nos terrenos, nela identificados, com povoamentos florestais percorridos por incêndios, e é elaborada em cumprimento das disposições emergentes dos n.ºs 1, 3.º e 4.º do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 31 de agosto de 2022, tendo sido emitida a respetiva declaração de alteração, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela aprovação do Plano Diretor Municipal, para conhecimento.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes do n.º 4 do art.º 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, deliberou tomar conhecimento da 7.ª Alteração, por Adaptação, da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz e consequente declaração de alteração, efetuada em cumprimento das normas constantes dos n.ºs 1 e 3 do artigo e diploma invocados.-----

5.11 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 20 DE DEZEMBRO DE 2021 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 14 de setembro de 2022, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2021, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2022

aprovar esta ata em minuta. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----